



RESOLUÇÃO COUNI/UTFPR nº 171, de 24 de novembro de 2025

Aprova o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT 2026.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL do PARANÁ (COUNI), considerando o Art. 5º da Lei nº 11.184, de 07/10/05, publicado no Diário Oficial da União (DOU), de 10/10/05;

considerando o Decreto/MEC datado de 20 de setembro de 2024, publicado no D.O.U. de 23 subsequente, que nomeia o Reitor da UTFPR;

considerando o Estatuto da UTFPR, aprovado pela Deliberação nº 06/07, de 29/06/07 e pela Portaria MEC/SESu nº 303, de 16/04/08, publicada no DOU de 17/04/08, e as modificações aprovadas pelo COUNI por meio das Deliberações nº 08/08, de 31/10/08; nº 11/09, de 25/09/09; nº 07/12, de 27/11/12; nº 04/17, de 10/02/17; nº 14/17, de 23/06/17; nº 14/17, de 23/06/17; nº 36/18, de 17/12/18; e, 161/25, de 04/05/25;

considerando o Regimento Geral da UTFPR, aprovado pelo COUNI por meio da Deliberação nº 07/09, de 05/06/09, e modificações aprovadas pelo COUNI por meio das Deliberações nº 04/17, de 02/02/17; nº 14/17, de 23/06/17; nº 21/17, de 20/10/17; e nº 11/18, de 06/04/18;

considerando o Regulamento do COUNI da UTFPR, aprovado pelo COUNI por meio da Deliberação nº 12/09 e modificações aprovadas pelo COUNI por meio da Deliberação nº 11/18, de 06/04/18;

considerando a Portaria de Pessoal GABIR/UTFPR nº 1944, de 19 de novembro de 2024, e suas alterações, a Portaria de Pessoal GABIR/UTFPR nº 323, de 08 de março de 2022 e suas alterações e a Portaria de Pessoal GABIR/UTFPR nº 353, de 11 de março de 2022, e suas alterações, que nomeiam os membros do COUNI para exercerem mandato no período de 14/03/2022 a 13/03/2026;

considerando o contido no processo nº 23064.053579/2025-21;

considerando o relato do conselheiro Ricardo Ponestke Seara, submetido à apreciação na 101ª Reunião Extraordinária, de 14 de novembro de 2025, aprovado por unanimidade com 36 votos favoráveis;

RESOLVE

Art. 1º Aprovar o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) 2026.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço Eletrônico da UTFPR.

(assinado eletronicamente)
EVERTON RICARDI LOZANO DA SILVA
Presidente do Conselho Universitário



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **EVERTON RICARDI LOZANO DA SILVA, PRESIDENTE DO CONSELHO**, em (at) 24/11/2025, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5377463** e o código CRC (and the CRC code) **B8DBE088**.

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA (PAINT) 2026

Plano Anual de Auditoria Interna 2026 conforme contido no documento SEI 5317621.

Referência: Processo nº 23064.053579/2025-21

SEI nº 5377463



PAINT 2026

Plano Anual de Auditoria Interna

Exercício: 2026

01 de outubro de 2025

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?

Elaboração do planejamento anual das atividades a serem desenvolvidas pela Auditoria Interna da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), referente ao **exercício de 2026**, para a análise e manifestação da Controladoria Regional da União no Estado do Paraná (CGU/PR) e consecutiva deliberação pelo Conselho Universitário (COUNI) da UTFPR.

POR QUE ESSE TRABALHO FOI REALIZADO?

O presente plano é orientado pela Instrução Normativa CGU/SFC n.º 5, de 27 de agosto de 2021; Instrução Normativa MT/CGU/SFC n.º 3, de 9 de junho de 2017; e Instrução Normativa MT/CGU/SFC n.º 8, de 6 de dezembro de 2017, os quais estabelecem – para a realização das atividades da Auditoria Interna da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – o seguinte:

- i) o dimensionamento e a racionalização de horas de trabalho de acordo com o nível de capacidade instalada (recursos humanos, logísticos e materiais disponíveis);
- ii) a priorização das ações de auditoria de acordo com o plano estratégico institucional e as expectativas da alta administração;
- iii) os riscos significativos de gestão, os processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos; e
- iv) a complexidade do negócio, a estrutura e demais fatores da unidade auditada.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AUDIN	Auditoria Interna
CGU	Controladoria-Geral da União
COUNI	Conselho Universitário
DIRCOM	Diretoria de Gestão da Comunicação
DIRGEP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DIRGTI	Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação
DIRPRO	Diretoria de Gestão de Processos
MPF	Ministério Público Federal
PAINT	Plano Anual de Auditoria Interna
PGD UTFPR	Programa de Gestão e Desempenho da UTFPR
PPP	Plano de Providências Permanente
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional
PROPLAD	Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
PROPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROREC	Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias
RAINT	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
TCU	Tribunal de Contas da União
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Unidades integrantes da UTFPR	7
Quadro 2: Servidores lotados na Unidade de Auditoria Interna.....	8
Quadro 3: Mapeamento de riscos de auditoria para execução do PAINT.....	9
Quadro 4 - Previsão de alocação da força de trabalho.....	9
Quadro 5 -Previsão dos serviços de auditoria para o exercício.	11
Quadro 6 - Cursos programados ao longo do exercício.	13
Quadro 7 - Monitoramento das recomendações emitidas.....	14
Quadro 8 - Ações relacionadas ao PGMQ UTFPR.	14
Quadro 9 – Informações para órgãos de controle interno e externo.	15
Quadro 10 - Gestão interna.....	15
Quadro 11 - Demandas extraordinárias.	16
Quadro 12 – Previsão de recursos orçamentários, financeiros, patrimoniais, materiais e humanos.	17
Quadro 13 - Cálculo anual de horas úteis da AUDIN.	19
Quadro 14 - Resumo dos trabalhos de auditoria e capacitação para o exercício.....	20

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. A UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR).....	6
3. A UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA (AUDIN).....	7
3.1 Corpo Técnico	8
4. COMPOSIÇÃO DO PLANO DE AUDITORIA INTERNA.....	9
4.1 Previsão de alocação da força de trabalho	9
4.1.1 Serviços de Auditoria	10
4.1.2 Capacitação.....	12
4.1.3 Monitoramento das recomendações emitidas.....	13
4.1.4 Gestão e Melhoria da Qualidade	14
4.1.5 Informações para órgãos de controle interno e externo	14
4.1.6 Gestão Interna.....	15
4.1.7 Demandas extraordinárias	16
4.2 Previsão de recursos orçamentários, financeiros, patrimoniais, materiais e humanos	16
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
APÊNDICES.....	19
Apêndice I – Distribuição de atividades por servidor/hora	19
Apêndice II - Resumo dos trabalhos de auditoria.....	20
Apêndice III – Projeto de Lei Orçamentária Anual	23
ANEXO – Metodologia de Plano de Auditoria Baseado em Riscos	26

1. INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) apresenta os trabalhos a serem realizados pela unidade de Auditoria Interna (AUDIN) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) consoante à [Instrução Normativa CGU/SFC n.º 5, de 27 de agosto de 2021](#); [Instrução Normativa CGU/SFC n.º 3, de 09 de junho de 2017](#) e [Instrução Normativa CGU/SFC n.º 8, de 06 de dezembro de 2017](#), estabelecendo as prioridades, o dimensionamento e a racionalização do tempo ao nível da capacidade instalada em termos de recursos humanos e materiais. O PAINT foi instituído pelo Art. 15, § 2º, do [Decreto n.º 3.591, de 06 de setembro de 2000¹](#), qual seja:

Art. 15. As unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta vinculadas aos Ministérios e aos órgãos da Presidência da República ficam sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição. (Redação dada pelo Decreto nº 4.440, de 25.10.2002) (...)

§ 2º A unidade de auditoria interna apresentará ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, para efeito de integração das ações de controle, seu plano de trabalho do exercício seguinte. (Parágrafo com redação dada pelo Decreto nº 4.304, de 16/7/2002)

Nessa seara, o planejamento de auditoria tem como finalidade identificar, avaliar e relacionar os processos a serem examinados, buscando a conformidade aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais princípios da administração pública, bem como avaliar a eficiência, eficácia, efetividade e confiabilidade dos controles internos administrativos das diversas áreas da instituição.

O Art. 3º, da Instrução Normativa CGU/SFC nº. 5, de 27 de agosto de 2021, dispõe que o PAINT deve ser elaborado pela UAIG com a finalidade de definir os trabalhos prioritários a serem realizados no período objeto do plano, devendo considerar:

- I - o planejamento estratégico e as expectativas da alta administração da unidade auditada e demais partes interessadas;*
- II - os riscos significativos a que a unidade auditada está exposta e os seus processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos;*
- III - a complexidade do negócio, a estrutura e outros fatores da unidade auditada;*
- IV - a estrutura e os recursos humanos, logísticos e financeiros disponíveis na unidade de auditoria interna governamental.*

Ainda, o Art. 4º da referida norma assevera que o PAINT “deve estabelecer uma previsão realista das atividades a serem realizadas no período”, dispondo sobre os requisitos mínimos a serem inseridos no PAINT, a saber:

- I - relação dos serviços de auditoria a serem realizados pela UAIG, com informações sobre:*
 - (a) o tipo de serviço (avaliação, consultoria ou apuração);*
 - (b) o objeto;*
 - (c) o objetivo;*
 - (d) datas previstas de início e conclusão;*
 - (e) carga horária prevista; e*
 - (f) a origem da demanda;*
- II - previsão de alocação da força de trabalho, nas seguintes categorias:*
 - (a) serviços de auditoria;*

¹ Alterações por meio do Decreto n.º 4.304, de 16 de julho de 2002; Decreto n.º 4.440, de 25 de outubro de 2002; e Decreto n.º 6.692, de 12 de dezembro de 2008.

- (b) capacitação;
- (c) monitoramento das recomendações emitidas em trabalhos anteriores e ainda não implementadas;
- (d) gestão e melhoria da qualidade da atividade de auditoria interna governamental;
- (e) levantamento de informações para órgãos de controle interno ou externo;
- (f) gestão interna; e
- (g) demandas extraordinárias recebidas pela UAIG durante a realização do PAINT.

Vale destacar, ademais, que o presente plano é suscetível à inclusão de novas e extraordinárias ações decorrentes de demandas que ocorram ao longo do exercício, e serão realizadas desde que atendam aos requisitos de objetividade e autonomia técnica, bem como à admissibilidade previstas no [Regimento Interno da Auditoria Interna da UTFPR](#).

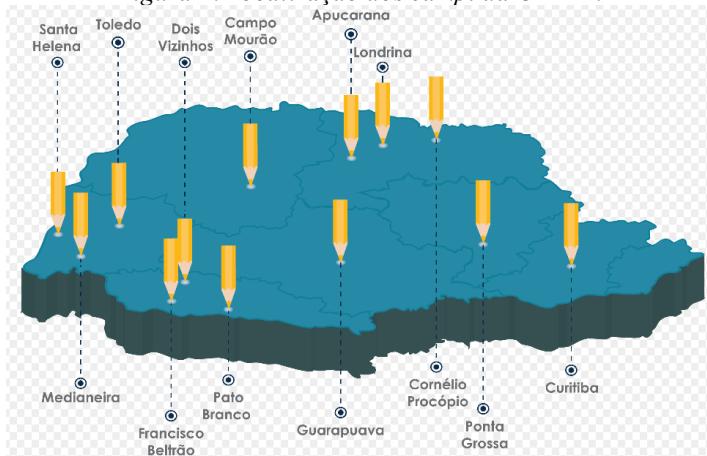
2. A UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)² é uma Instituição Federal de Ensino Superior, com sede no município de Curitiba, Estado do Paraná, oriunda da transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), por meio da [Lei n.º 11.184, de 07 de outubro de 2005](#). A UTFPR possui a natureza jurídica de autarquia federal e está vinculada ao Ministério da Educação, pessoa jurídica de direito público.

A missão desta instituição é “desenvolver a educação tecnológica de excelência, construir e compartilhar o conhecimento voltado à solução dos reais desafios da sociedade”. E tem como visão “ser uma universidade reconhecida internacionalmente pela importância de sua atuação em prol do desenvolvimento regional e nacional sustentável” (PPI, aprovado pela Deliberação COUNI nº 14, de 28 de junho de 2019).

A UTFPR é composta pela Reitoria e por 13 (treze) campi, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1: Localização dos campi da UTFPR.



Fonte: [Diretoria de Gestão da Comunicação \(DIRCOM\)](#).

A Unidade Gestora da Reitoria 153019/26258 é quem descentraliza os recursos orçamentários para os respectivos campi, por meio das unidades gestoras executoras, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O Quadro 1 apresenta as respectivas unidades que integram a Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

² Dados oriundos do [portal institucional da UTFPR](#).

Quadro 1: Unidades integrantes da UTFPR.

Item	Campus	Unidade Orçamentária	UG	UPAG
01	Apucarana	26258	150149	517
02	Campo Mourão	26258	153251	522
03	Cornélio Procópio	26258	153176	537
04	Curitiba	26258	154358	401
05	Dois Vizinhos	26258	153991	562
06	Francisco Beltrão	26258	150151	578
07	Guarapuava	26258	152134	945
08	Londrina	26258	150148	586
09	Medianeira	26258	153029	593
10	Pato Branco	26258	153177	617
11	Ponta Grossa	26258	153178	644
12	Santa Helena	26258	154852	1108
13	Toledo	26258	150150	670
14	Reitoria	26258	153019	325

Legenda: UG – Unidade Gestora; UPAG – Unidade Pagadora.

Fonte: AUDIN, 2025, a partir dos dados do SIAFI e SIAPE.

As atividades de compras e contratações da UTFPR são realizadas por Núcleos Regionais de Compras, sendo uma elogiável reestruturação para a economicidade e racionalização de recursos, bem como à governança institucional desses processos. Atualmente, os referidos núcleos são disciplinados por meio da Resolução COPLAD/UTFPR n.º 23, de 5 de fevereiro de 2021, distribuídos da seguinte forma:

- a) Centro: Campo Mourão, Guarapuava e Ponta Grossa (gerenciador);
- b) Leste: Curitiba e Reitoria (ambos são gerenciadores);
- c) Norte: Apucarana, Cornélio Procópio (gerenciador) e Londrina;
- d) Oeste: Medianeira (gerenciador), Santa Helena e Toledo;
- e) Sudoeste: Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Pato Branco (gerenciador).

Vale mencionar que a Direção-Geral do Campus é o órgão executivo da administração que coordena e supervisiona as atividades do campus. Por delegação de competência, a Direção-Geral exerce a função de ordenador de despesas, cabendo à Reitoria a função de supervisão, orientação e coordenação, zelando pela governança e integridade institucional.

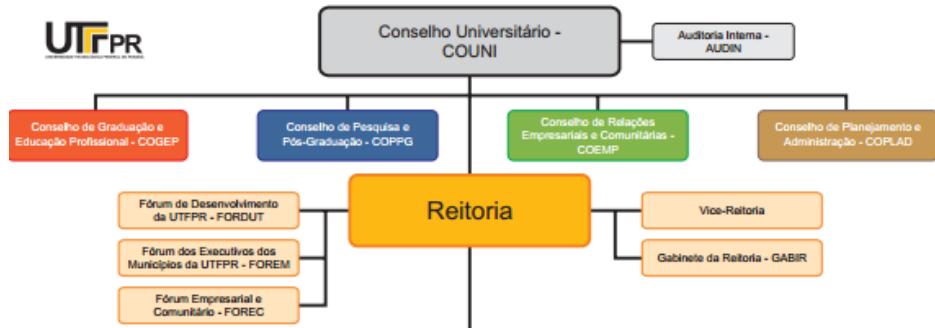
As informações, indicadores e números sobre a UTFPR podem ser encontrados, de forma consolidada, nos [Relatórios de Gestão](#).

3. A UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA (AUDIN)

A Auditoria Interna (AUDIN) é uma unidade de auditoria vinculada à estrutura dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. A atividade da AUDIN, conforme a Instrução Normativa SFC n.º 3/2017, tem como propósito “*aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco*” (item 3).

Na UTFPR, a Auditoria Interna foi criada em 2008 pelo [Estatuto da UTFPR](#). Seu Regimento Interno foi aprovado por meio da [Deliberação n.º 3, de 27 de março de 2015, alterada pela Resolução n.º 159, de 18 de junho de 2025](#), ambas do Conselho Universitário (COUNI), órgão ao qual se subordina, conforme organograma ilustrado na Figura 2.

Figura 2: Organograma



Fonte: <https://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/organograma/organograma-da-reitoria/view>

Os trabalhos e documentos relacionados à Auditoria Interna da UTFPR podem ser encontrados no [Portal Institucional](#), no link “[Transparência e Prestação de Contas](#)”.

3.1 Corpo Técnico

A AUDIN, para o cumprimento de suas ações, programou suas atividades considerando a força de trabalho de quatro servidores, conforme dispõe o Quadro 2.

Quadro 2: Servidores lotados na Unidade de Auditoria Interna.

Servidor	Cargo/Função	Pós-Graduação	Jornada Semanal
Leandra Maria Ortigara	Administrador (Substituta)	Doutoranda em Gestão da Informação (UFPR). Mestrado em Gestão da Informação (UFPR). MBA Executivo em Gestão Empresarial (FGV) e MBA em Finanças Avançadas (IBMEC).	20 horas (ADS-Pós)
Roberto Miyashiro Junior	Auditor	Mestrado profissional em Direito e Desenvolvimento Sustentável (FACVEST). Especialização em Gestão Pública Municipal (UFSC). Especialização em Direito Tributário (UNIDERP).	40 horas
Tatiane Duarte Dias Mohr	Administrador	Mestrado profissional em Administração Pública (PROFIAP/UTFPR). Especialização em Gestão de Pessoas (FACEL).	40 horas
Tiago Hideki Niwa	Auditor (Chefe)	Doutorado em Políticas Públicas (ESPP/ISCTE-IUL). Mestrado profissional em Planejamento e Governança Pública (PPGPGP/UTFPR). Especialização em Direito Aplicado (EMAP/TJ-PR).	40 horas

Fonte: AUDIN, 2025.

Considerando o total de 4 (quatro) servidores, o quantitativo de horas da equipe de auditoria para prestar serviços de avaliação, consultoria e capacitação previstas no **PAINT 2026** é de **6.384 horas**, conforme demonstrado no **Apêndice I**.

Adicionalmente, os riscos de auditoria, apresentados no Quadro 3, são fatores que podem prejudicar ou até mesmo inviabilizar a execução do **PAINT 2026**. Os riscos referentes à execução de cada ação planejada no PAINT, conforme consta na metodologia anexa, serão também tratados na **matriz de planejamento** de cada atividade.

Quadro 3: Mapeamento de riscos de auditoria para execução do PAINT.

Riscos identificados	
R1	Limitação de disponibilidade de recursos financeiros para trabalhos <i>in loco</i> e de capacitação da equipe da AUDIN.
R2	Ausência de recursos informatizados, tecnológicos, sistemas não integrados e processos não mapeados.
R3	Elevada demanda de ações extraordinárias externas (TCU, CGU, MPF, PF, etc.) e internas (conselhos superiores, alta administração, servidores, discentes, etc.).
R4	Aposentadorias, alta rotatividade de pessoal e limitação técnica da equipe da AUDIN.
R5	Ausência, licença e/ou afastamento e paralisações não previstas de servidores membros da equipe da AUDIN.
R6	Ausência e atraso de manifestação por parte dos gestores.
R7	Não confirmação dos cursos específicos para capacitação de pessoal.
R8	Não implementação das recomendações emitidas pela AUDIN.

Fonte: AUDIN, 2025.

Frise-se que a adequada composição da Auditoria Interna, com servidores detentores das competências e perfis adequados, a constituição de equipe multidisciplinar e o acesso irrestrito às dependências, aos dados e às informações institucionais constituem requisitos indispensáveis à mitigação de riscos, com impacto direto na quantidade e na qualidade dos trabalhos executados.

4. COMPOSIÇÃO DO PLANO DE AUDITORIA INTERNA

Para se demonstrar a composição do plano anual da auditoria interna, para o **exercício de 2026**, dividir-se-á a relação de atividades conforme previsto no **Art. 4º, da IN CGU n.º 5/2021**.

4.1 Previsão de alocação da força de trabalho

Consoante as orientações do Art. 4º, II, alíneas “a” a “g”, da IN n.º 5/2021, apresentam-se, no Quadro 4, as categorias das atividades de auditoria, que estão compiladas e detalhadas nos subcapítulos seguintes e no **Apêndice II** do presente plano.

Quadro 4 - Previsão de alocação da força de trabalho.

Item	Categoria	Objetivo	Total de horas previstas	Entregas previstas no PGD
1.	Serviços de auditoria	Atividades de avaliação, consultoria ou apuração, conforme descritas no capítulo 4.1.	4.140	No mínimo, 5 Relatórios de Auditoria. Certificados com, no mínimo, 40 horas de cursos ou eventos de capacitação.
2.	Capacitação	Realização de cursos de capacitação ou de qualificação profissional, devendo cada servidor da AUDIN realizar, no mínimo, 40 horas anuais (Art. 4º, § 1º, IN 5/2021).	160	
3.	Monitoramento das	Acompanhamento da implementação do Plano de Providências Permanente (PPP),	240	Atualização do PPP, no

Item	Categoria	Objetivo	Total de horas previstas	Entregas previstas no PGD
	recomendações emitidas (PPP)	consubstancial pelas determinações do TCU e recomendações da CGU e AUDIN.		mínimo, duas vezes ao ano.
4.	Gestão e Melhoria da Qualidade	Aplicação do PGMQ (Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade), análise dos indicadores de gestão da AUDIN e promoção da melhoria contínua dos serviços prestados.	220	Preenchimento de formulários de avaliação interna, sendo, no mínimo, 5 documentos conforme a meta do item 1.
5.	Informações para órgãos de controle interno e externo	Realização da interlocução entre os gestores da UTFPR com o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União ou outros órgãos de controle.	240	Sob demanda.
6.	Gestão interna	Atividades e elaboração de documentos por determinação normativa, tais como: PAINT, RAIN, Relatório Semestral, contabilização de benefícios financeiros e não-financeiros, e PCAPT UTFPR. Atividades administrativas do setor, tais como: reuniões e atividades institucionais, controle de atividades diárias, atualização do sítio eletrônico da AUDIN, e outros serviços para a manutenção e funcionamento da AUDIN.	1.200	Entrega e publicação dos documentos exigidos por obrigação normativa.
7.	Demandas extraordinárias	Atividades por demanda extraordinária e não previstas no presente plano.	184	Sob demanda.
TOTAL			6.384	

Fonte: AUDIN, 2025.

O detalhamento das atividades da Auditoria Interna de cada um dos itens elencados no Quadro 4 é demonstrado na sequência.

4.1.1 Serviços de Auditoria

A priorização das atividades de auditoria foi realizada por meio da “Metodologia do Plano de Auditoria Baseado em Riscos” (**Anexo** ao PAINT), elaborado pela Auditoria Interna (AUDIN) em razão da ausência de formalização própria de gerenciamento de riscos pela administração, conforme preleciona o item 4.1.4.2 do [Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal \(MOT\)](#). Assim, a identificação dos riscos em processos institucionais foi constituída a partir do desenvolvimento da Cadeia de Valor, do Modelo de Negócio, Mapa de Contexto, Mapa Estratégico, e dos Macroprocessos Finalísticos e de Gestão Estratégica da UTFPR (desenvolvidos pelo [Escritório de Processos – EPROC](#)).

O Art. 4º, da IN n.º 5/2021, assevera sobre a categorização, previsão realista de atividades e a alocação da força de trabalho, considerações estas que a AUDIN da UTFPR tem previsto nos planos anuais anteriores. No entanto, com a implementação do [Programa de Gestão e Desempenho da UTFPR \(PGD UTFPR\)](#), percebe-se que a mensuração por cumprimento de carga horária permite a quantificação e avaliação por metas, entregas e resultados dos servidores, o que pode ocasionar em uma melhor análise de produtividade individual nos vieses quantitativos e qualitativos.

No Quadro 5, estão relacionados os serviços de auditoria a serem realizados pela AUDIN no exercício, sendo classificados como de avaliação, consultoria ou apuração.

Quadro 5 -Previsão dos serviços de auditoria para o exercício.

Item	Tipo de Serviço	Objeto	Objetivo	Unidade Auditada	Início e conclusão	Horas previstas	Origem da Demanda	Entregas esperadas no PGD
1.	Avaliação	Retenção, permanência, atratividade e combate à evasão de alunos	Avaliar a adequação e a efetividade das estratégias, indicadores, processos e controles voltados à retenção, permanência e atratividade de alunos, bem como das ações de combate à evasão, quanto ao desenho, implementação, monitoramento, integridade dos dados, conformidade e resultados.	PROGRAD PROAE	05/01/2026 a 30/10/2026	1.200	Seleção baseada em risco e alta administração	Mínimo de 2 (dois) Relatórios de Auditoria (conforme a delimitação e avaliação dos escopos de auditoria na matriz de planejamento)
2.	Avaliação	Indicadores e gestão de processos institucionais	Avaliar a adequação e confiabilidade dos indicadores e a eficácia da gestão dos processos institucionais para sustentar o alinhamento estratégico, o monitoramento de desempenho, posicionamento em rankings e a melhoria contínua.	PROPLAD REITORIA	05/01/2026 a 30/10/2026	1.200	Seleção baseada em risco	Mínimo de 2 (dois) Relatórios de Auditoria (conforme a delimitação e avaliação dos escopos de auditoria na matriz de planejamento)
3.	Avaliação	Acessibilidade	Avaliar a conformidade e a efetividade das práticas e controles de acessibilidade para garantir acesso equitativo a instalações, serviços e conteúdos por pessoas com deficiência, em alinhamento às normas e à legislação aplicáveis.	PROPLAD DIRPRO	05/01/2026 a 30/10/2026	900	Seleção baseada em risco	Mínimo de 1 (um) Relatório de Auditoria (conforme a delimitação e avaliação dos escopos de auditoria na matriz de planejamento)
4.	Consultoria	Assessoria e consultoria às áreas da UTFPR.	Prestar assessoria e consultoria às áreas da UTFPR para fins exclusivos de aprimoramento da governança, gerenciamento de riscos e controles internos.	PROGRAD PROPPG PROREC PROPLAD DIRGEP DIRGTI DIRCOM	05/01/2026 a 04/12/2026	720	Alta administração	Assessoria de, no mínimo, uma comissão da administração por servidor, podendo haver emissão de relatório de consultoria.

Item	Tipo de Serviço	Objeto	Objetivo	Unidade Auditada	Início e conclusão	Horas previstas	Origem da Demanda	Entregas esperadas no PGD
5.	Avaliação	Parecer Relatório de Gestão 2025	Emitir parecer sobre a conformidade da Prestação de Contas Anual de 2025 da UTFPR.	REITORIA	05/01/2026 a 30/04/2026	120	Obrigação normativa	Parecer Relatório de Gestão 2025
Total de horas							4.140	

Fonte: AUDIN, 2025.

No que concerne ao Item 1, que trata sobre a “retenção, permanência, atratividade e combate à evasão de alunos”, e ao Item 2, sobre os “indicadores e gestão de processos institucionais”, acredita-se que as avaliações poderão abordar outros processos correlatos constantes na matriz de riscos (Anexo, p. 20 e p. 16, respectivamente), tais como “projetos pedagógicos” e “gestão e avaliação de cursos”, ambos do macroprocesso “Ensino e Graduação”. Já em relação ao Item 3, sobre “acessibilidade”, ainda que não represente um nível de risco extremo, foi selecionado em razão da falta de avaliação em planejamento de auditorias pretéritas, sendo necessário realizar um rodízio de ênfase de auditoria.

Ademais, salienta-se que a seleção dos trabalhos baseados em riscos foi encaminhada previamente à Reitoria, representada pela Assessoria de Desenvolvimento Institucional, a fim de alinhar, confirmar e, eventualmente, adequar os serviços de auditoria às demandas da alta administração. Nesse sentido, a seleção e a consulta resultaram no constante do Quadro 5.

Portanto, a seleção dos temas de auditoria para o próximo exercício foi definida a partir da análise que considerou esses dois pilares estratégicos fundamentais: primeiramente, quanto aos itens 1 e 2, a priorização baseou-se nos resultados da Matriz de Riscos (MPABR Anexo), que apontou áreas de elevada exposição e impacto potencial para a organização, exigindo uma análise aprofundada e independente. Em segundo lugar, aplicou-se o princípio de rodízio de ênfase, quanto ao item 3, incluindo no escopo temas que, embora não classificados como de risco crítico imediato, não foram objeto de avaliação pela auditoria interna em ciclos anteriores (que pode ser observado no *capítulo 4.2* do MPABR Anexo). Essa abordagem garante não apenas a cobertura das vulnerabilidades mais prementes, mas também a manutenção de uma supervisão abrangente e cíclica sobre a totalidade dos processos organizacionais, fortalecendo a estrutura de controles internos de forma holística.

As ações de auditoria previstas no presente plano – e consoante o planejamento e escopo dos trabalhos – coadunam essencialmente com a avaliação de riscos, que está detalhada no **Anexo**. Ressalta-se, ainda, que as metas de entregas e resultados podem sofrer alterações, devendo ser devidamente justificadas no RAINt e nos processos de avaliação do PGD.

4.1.2 Capacitação

Investimentos em capacitação e educação continuada são necessários para que a equipe de auditoria se mantenha atualizada e em condições de executar seus trabalhos com competência e efetividade. Espera-se, como resultado, a melhoria da qualificação e da capacitação dos servidores, bem como o aperfeiçoamento da qualidade e do desempenho dos trabalhos apresentados no exercício de suas funções e atividades.

A participação em ações de capacitação específicas será identificada de acordo com as competências individuais de cada membro da equipe, preferencialmente na modalidade à distância e gratuitas, devendo-se considerar as ações de auditoria previstas para a realização no

exercício, os estudos de oportunidade, as tendências temáticas das auditorias internas, o desenvolvimento de habilidades individuais ao serviço e a viabilidade financeira de custeio.

Dado o cronograma das atividades de auditoria, as ações de capacitação deverão ser realizadas durante o exercício a que se refere, de acordo com as ofertas de cursos, podendo ser presencial ou na modalidade à distância e, no mínimo, 40 horas por servidor (incluindo o titular da AUDIN), consoante o que apregoa o Art. 4º, II, “b” e § 2º, da Instrução Normativa CGU/SFC n.º 5, de 27 de agosto de 2021.

Pretende-se viabilizar a participação de servidores no Fórum Nacional dos Integrantes das Auditorias Internas - FONAITec, promovido pela Associação Nacional dos Integrantes das Unidades de Auditoria Interna Governamental (FONAI), bem como no Congresso Brasileiro de Auditoria e Controle Interno (COBACI), promovido pela União Nacional dos Auditores do Ministério da Educação (UNAMEC). Trata-se de eventos abrangentes onde são abordados os principais e mais relevantes temas relativos à atividade de auditoria interna governamental do país, e, ainda, busca integrar os profissionais que atuam nesses mesmos ofícios.

O Quadro 6 apresenta a previsão da capacitação dos servidores da AUDIN para o exercício.

Quadro 6 - Cursos programados ao longo do exercício.

Nº	Capacitação	Justificativas	Certificações e horas previstas
01	Fórum Nacional dos Integrantes das Auditorias Internas - FONAITec.	Treinamento e integração dos servidores vinculados às auditorias internas do Poder Executivo Federal.	2 certificados, 50 horas
02	Congresso Brasileiro de Auditoria e Controle Interno (COBACI) – UNAMEC.	Treinamento e integração dos servidores vinculados às auditorias internas do Poder Executivo Federal.	2 certificados, 50 horas
03	Cursos relacionados aos serviços de auditoria do exercício, novas tendências ou outros temas conectados à atividade de auditoria interna governamental.	Aprimoramento das atividades de auditoria que serão realizadas no exercício.	4 certificados, 60 horas
Total de horas			160 horas

Fonte: AUDIN, 2025.

Os cursos realizados pelos servidores lotados na Auditoria Interna serão elencados no RAIN, detalhando quais foram os cursos realizados, a respectiva carga horária, bem como eventuais pedidos de afastamentos, ADS-Pós ou licença capacitação.

4.1.3 Monitoramento das recomendações emitidas

Em atendimento ao Art. 4º, II, alínea “c”, da Instrução Normativa CGU/SFC n.º 5, de 27 de agosto de 2021, a Unidade de Auditoria Interna monitora as determinações e recomendações emitidas pelos órgãos do sistema de controle, bem como acompanha as diligências do TCU e CGU à UTFPR.

O Quadro 7 apresenta o número de horas previstas para o acompanhamento das determinações e recomendações dos órgãos do sistema de controle.

Quadro 7 - Monitoramento das recomendações emitidas.

Item	Descrição da Ação e entregas	Origem da Demanda	Objetivos	Horas previstas
01	Monitoramento das recomendações emitidas (PPP)	CGU TCU AUDIN	Acompanhar a implementação das recomendações da CGU, TCU e AUDIN.	240
Total de horas				240

Fonte: AUDIN, 2025.

Ressalta-se que o acompanhamento e monitoramento das recomendações pendentes da AUDIN e da CGU, ou das determinações do TCU, são realizados durante todo o exercício por meio de processos SEI encaminhados às áreas responsáveis, sendo atualizado por meio do [Painel Institucional de Monitoramento da AUDIN \(PPP\)](#), desenvolvido pelo EPROC, utilizando os recursos do Power BI.

4.1.4 Gestão e Melhoria da Qualidade

A Instrução Normativa n.º 3/2017 da CGU estabelece que a UAIG deve instituir e manter o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ), que envolve toda a atividade de auditoria interna governamental, desde o seu planejamento até o monitoramento das recomendações emitidas. A previsão de alocação da força de trabalho está elencada no Art. 4º, II, “d”, da Instrução Normativa CGU/SFC n.º 5, de 27 de agosto de 2021.

O [PGMQ UTFPR](#) foi aprovado por meio da Deliberação COUNI n.º 25, de 3 de setembro de 2020, com a vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. Os resultados das avaliações do PGMQ UTFPR das atividades da Auditoria Interna, bem como do Sistema de Avaliação Institucional (SIAVI) da UTFPR, são demonstrados no RAINT. O Quadro 8 apresenta as ações previstas no que toca ao PGMQ UTFPR.

Quadro 8 - Ações relacionadas ao PGMQ UTFPR.

Item	Descrição da Ação e entregas	Origem da Demanda	Objetivos	Horas previstas
01	Aplicar o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ)	CGU	Promover a avaliação e a melhoria contínua dos processos de trabalho, dos produtos emitidos e da eficácia e da eficiência da atividade de auditoria interna (IA-CM).	180
02	Avaliar as atividades de auditoria de acordo com os indicadores e metas dos trabalhos da AUDIN.	CGU	Apresentar melhores resultados a fim de que haja maior fortalecimento da gestão da auditoria interna, sendo consubstanciados no RAINT.	40
Total de horas				220

Fonte: AUDIN, 2025.

4.1.5 Informações para órgãos de controle interno e externo

A AUDIN realiza o acompanhamento ou interlocução entre o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União com a administração da UTFPR. Desse modo, o Art. 4º, II, “e”, da Instrução Normativa CGU/SFC n.º 5, de 27 de agosto de 2021, prevê a necessidade de levantamento de informações para órgãos de controle interno ou externo, isto é, direcionar e recolher os dados, informações ou documentos solicitados às respectivas áreas da gestão e realizar o encaminhamento e monitoramento das diligências, conforme o Quadro 9.

Quadro 9 – Informações para órgãos de controle interno e externo.

Item	Descrição da ação e entregas	Origem da Demanda	Objetivos	Horas previstas
01	Interlocução ou acompanhamento referentes a demandas ou diligências do controle interno.	CGU	Realizar o atendimento à CGU a fim de orientar, acompanhar e realizar a interlocução com a administração.	120
02	Interlocução ou acompanhamento referentes a demandas ou diligências do controle externo.	TCU e outros	Realizar o atendimento ao TCU, ou outros órgãos, a fim de orientar, acompanhar e realizar a interlocução com a administração.	120
Total de horas				240

Fonte: AUDIN, 2025.

4.1.6 Gestão Interna

Segundo preconiza o Art. 4º, II, “f”, da Instrução Normativa CGU/SFC n.º 5, de 27 de agosto de 2021, a gestão interna da AUDIN envolve uma série de atividades de obrigação normativa, de demandas internas e externas, ou procedimentos de rotina e administrativos. Apresenta-se o detalhamento no Quadro 10.

Quadro 10 - Gestão interna.

Item	Descrição da ação e entregas	Origem da Demanda	Objetivo	Horas previstas
01	Elaboração PAINT 2027	Obrigação normativa	Planejar as ações de auditorias para o exercício de 2027, na forma estabelecida pela legislação vigente.	220
02	Elaboração do RAIN 2025	Obrigação normativa	Relatar as atividades realizadas pela AUDIN no exercício de 2025, bem como justificar as não executadas.	220
03	Relatório semestral de desempenho da atividade de auditoria	Obrigação normativa	Emitir relatório indicando o andamento e os resultados do PAINT realizado no 1º semestre do exercício por meio do duplo reporte pela AUDIN.	190
04	Contabilização dos benefícios	Obrigação normativa	Contabilizar os benefícios financeiros e não financeiros da atividade de auditoria interna no exercício.	190
05	Publicações da AUDIN	Obrigação normativa	Atualizar periodicamente o sítio eletrônico da AUDIN.	190
06	Política de Concessão e Acesso aos Papéis de Trabalho da Auditoria Interna	Obrigação normativa	Atender a Política de Concessão e Acesso aos Papéis de Trabalho da Auditoria Interna (PCAPT UTFPR).	190
Total				1.200

Fonte: AUDIN, 2025.

4.1.7 Demandas extraordinárias

As demandas extraordinárias com origem do TCU, CGU, PF, MPF e do Poder Judiciário serão atendidas com prioridade em relação às ações do PAINT, observando-se o prazo solicitado. Se o prazo fixado permitir, a ação será contemplada no PAINT do exercício seguinte.

As demandas com origem de conselhos superiores, da alta administração, de servidores, de discentes, de órgãos externos e da sociedade – caso não seja possível o atendimento por meio da Ouvidoria, Unidade de Correição, Comissão de Ética, Integridade ou demais estruturas de governança da UTFPR – serão submetidas à avaliação do chefe da Auditoria Interna, que se manifestará:

- 1º) sobre a admissibilidade da demanda, levando em consideração as atribuições da AUDIN, a sua capacidade técnica e operacional, e a avaliação sobre a relevância, risco e criticidade da atividade;
- 2º) reconhecida a admissibilidade da demanda, e se apresentar urgência, terá prioridade em relação às ações do PAINT;
- 3º) não havendo urgência, a demanda será incluída no próximo PAINT.

Para o atendimento dessas demandas, foram reservadas horas de trabalho, conforme consta no Quadro 11.

Quadro 11 - Demandas extraordinárias.

Item	Descrição da ação	Origem da Demanda	Objetivo	Horas previstas
01	Demandas extraordinárias	Órgãos internos ou externos	Atendimento de demandas extraordinárias de origem interna ou externa, inclusive atividades administrativas.	184

Fonte: AUDIN, 2025.

Com vistas ao exercício de 2026, a Auditoria Interna da UTFPR definiu como objetivo estratégico a elaboração do **Plano de Negócios** e do **Manual de Gestão Administrativa e Procedimental**. Mediante disponibilidade, serão utilizadas as horas previstas para demandas extraordinárias. Esses documentos aderem às boas práticas de gestão das auditorias internas governamentais e contribuem para o aprimoramento da capacidade técnica e operacional do setor.

4.2 Previsão de recursos orçamentários, financeiros, patrimoniais, materiais e humanos

Uma gestão orçamentária eficaz da atividade de Auditoria Interna requer a existência de uma dotação orçamentária operacional própria, realista e alinhada à organização, construída com base no plano de negócios, contemplando custos fixos e variáveis e refletindo o custo financeiro de implementação e execução dos serviços.

Além disso, é essencial estabelecer padrões orçamentários coerentes com as diretrizes corporativas e submeter o orçamento à aprovação da alta administração ou do conselho, demonstrando compromisso e apoio institucionais.

Para garantir exatidão e realismo ao longo do ciclo, o orçamento deve passar por revisão contínua, permitindo a alocação de recursos conforme as necessidades identificadas e os planos

operacionais, o que fortalece a responsabilidade interna, assegura a conformidade com as autoridades e a salvaguarda de ativos, tudo sustentado por sistemas e processos orçamentários estruturados e por um plano de negócios periódico (Art. 14, do Decreto n.º 3.591/2000; Art. 9º, IV, da IN CGU n.º 13/2020; Art. 3º, IV, da IN CGU n.º 05/2021; e Art. 9º e Art. 16, III e VII, do Regimento Interno da AUDIN UTFPR).

O Quadro 12 apresenta a previsão de recursos orçamentários, financeiros, patrimoniais, materiais e humanos para a execução do presente PAINT.

Quadro 12 – Previsão de recursos orçamentários, financeiros, patrimoniais, materiais e humanos.

Item	Ação	Descrição	Previsão de recursos
01	Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) – Capacitação	Participação dos servidores da AUDIN nos principais eventos de Auditoria Interna Governamental em Educação do país: FONAI-Tec e COBACI.	R\$ 20.000,00
02	Serviços de Auditoria	Execução das atividades de auditoria de avaliação, consultoria e/ou inspeção.	A depender da definição do escopo de auditoria, bem como do alinhamento junto à alta administração.

Fonte: AUDIN, 2025.

Informação: Os valores e recursos são aproximados e podem sofrer alterações a depender da disponibilidade orçamentária e do alinhamento junto à alta administração.

Assevera-se que a Auditoria Interna da UTFPR é formalmente uma Unidade Gestora de Recursos (UGR), sob número 153519.10 (AUDIN – AUDITORIA INTERNA), na Gestão n.º 15246 (UTFPR-UTFPR)

Historicamente, a Auditoria Interna da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (AUDIN/UTFPR) tem sido continuamente respaldada por condições materiais e institucionais que asseguram o desenvolvimento de suas atividades, contando com equipamentos atualizados, materiais de apoio, recursos financeiros e logísticos, além de ações permanentes de capacitação técnica e gerencial para sua equipe.

A combinação do aparelhamento material com o investimento contínuo em capacitação possibilita o planejamento baseado em riscos, a execução rigorosa de testes e validações, o acompanhamento efetivo de recomendações e a comunicação clara de resultados, contribuindo para a confiabilidade, tempestividade e aderência às boas práticas nacionais e internacionais de auditoria, transparência e *accountability*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente plano de atividades anual contempla trabalhos em função de obrigação normativa, pela metodologia de plano de auditoria baseado em riscos, ou por solicitação da alta administração. Ainda, contempla a previsão de capacitação dos servidores da AUDIN, o monitoramento das determinações e recomendações pendentes, bem como as atividades de melhoria da qualidade das atividades de auditoria.

Na construção do plano, foi realizada a avaliação de riscos da AUDIN, verificando a necessidade e atenção para o fortalecimento dos processos de governança, gerenciamento de riscos e de controles internos institucionais a fim de aprimorar a eficiência, eficácia, efetividade e economicidade dos atos e fatos administrativos.

A expectativa da Auditoria Interna é fortalecer a equipe por meio da busca contínua de conhecimentos técnicos, recursos humanos e tecnológicos, para o aprimoramento das atividades de consultoria, assessoramento, avaliação ou apuração.

Pretende, de forma independente, objetiva, e no âmago da autonomia técnica e dos limites das suas atribuições e competências, assessorar as diversas áreas da Universidade a fim de assegurar o cumprimento de suas metas e o alcance de seus objetivos estratégicos institucionais, em conformidade aos princípios e normas que regem a administração pública. Dessa forma, procura-se contribuir para o desenvolvimento e crescimento saudáveis voltados às necessidades dos cidadãos e às expectativas da sociedade, sendo estes os usuários e os destinatários dos serviços prestados pela UTFPR.

Diante do exposto, ressalta-se que este planejamento é submetido à análise prévia da Controladoria Regional da União no Estado do Paraná (CGU/PR), e, subsequentemente, à apreciação pelo egrégio Conselho Universitário da UTFPR (COUNI).

Tiago Hideki Niwa
Chefe da Auditoria Interna
da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

APÊNDICES

Apêndice I – Distribuição de atividades por servidor/hora

O quantitativo de horas da equipe de auditoria, considerando 4 (quatro) servidores, para prestar serviços de avaliação, consultoria, apuração e capacitação previstas no **PAINT 2026** é de **6.384 horas**, demonstrado no Quadro 12. Destaca-se que, com o advento do Programa de Gestão e Desempenho da UTFPR (PGD UTFPR), a mensuração de produtividade individual dos servidores, na UTFPR, passou a ser por entregas e resultados, e não tão-somente quanto ao cumprimento de carga horária.

Quadro 13 - Cálculo anual de horas úteis da AUDIN.

Mês	Nº dias úteis	Horas diárias*	Horas úteis	Entregas e resultados do PGD
Janeiro	21	28 horas	588	
Fevereiro	19	28 horas	532	
Março	22	28 horas	616	
Abril	20	28 horas	560	
Maio	20	28 horas	560	
Junho	21	28 horas	588	
Julho	23	28 horas	644	
Agosto	21	28 horas	588	
Setembro	21	28 horas	588	
Outubro	21	28 horas	588	
Novembro	19	28 horas	532	
Dezembro	22	28 horas	616	
Dias úteis/ano	250	Total horas/ano	7000	
Estimativa de Férias	22	Desconto horas/férias	616	Entregas de, no mínimo: 5 relatórios de auditoria, certificados de capacitação, PAINT, RAINT, Relatório Semestral de Atividades, atualização do PPP, formulários do PGMQ, atendimento às diligências da CGU e TCU, entre outras atividades.
Dias trabalhados	228	Horas programadas	6384	

Fonte: AUDIN, 2025.

* Informação: 28 horas diárias equivalem à jornada de 8 horas diárias para 3 servidores e de 4 horas diárias para um 1 servidor em ADS-Pós.

O advento de eventuais licenças, afastamentos, faltas em serviço ou demais ausências que possam implicar a previsão das horas, serão registrados nos controles internos da Auditoria Interna.

Apêndice II - Resumo dos trabalhos de auditoria

Quadro 14 - Resumo dos trabalhos de auditoria e capacitação para o exercício.

SERVIÇOS DE AUDITORIA								
Ordem de Serviço	Tipo de Serviço	Objeto	Objetivo	Unidade Auditada	Início e conclusão	Horas previstas	Origem da Demanda	Responsável
1.	Avaliação	Retenção, permanência, atratividade de e combate à evasão de alunos	Avaliar a adequação e a efetividade das estratégias, indicadores, processos e controles voltados à retenção, permanência e atratividade de alunos, bem como das ações de combate à evasão, quanto ao desenho, implementação, monitoramento, integridade dos dados, conformidade e resultados	PROGRAD PROAE	05/01/2026 a 30/10/2026	1.200	Seleção baseada em risco	Tatiane
2.	Avaliação	Indicadores e gestão de processos institucionais	Avaliar a adequação e confiabilidade dos indicadores e a eficácia da gestão dos processos institucionais para sustentar o alinhamento estratégico, o monitoramento de desempenho, posicionamento em rankings e a melhoria contínua	PROPLAD REITORIA	05/01/2026 a 30/10/2026	1.200	Seleção baseada em risco e alta administração	Roberto
3.	Avaliação	Acessibilidade	Avaliar a conformidade e a efetividade das práticas e controles de acessibilidade para garantir acesso equitativo a instalações, serviços e conteúdos por pessoas com deficiência, em alinhamento às normas e à legislação aplicáveis	PROPLAD DIRPRO	05/01/2026 a 30/10/2026	900	Seleção baseada em risco	Leandra
4.	Consultoria	Assessoria e consultoria às áreas da UTFPR.	Prestar assessoria e consultoria às áreas da UTFPR para fins exclusivos de aprimoramento da governança, gerenciamento de riscos e controles internos.	PROGRAD PROPPG PROREC PROPLAD DIRGEP DIRGTI DIRCOM	05/01/2026 a 04/12/2026	720	Alta administração	Todos
5.	Avaliação	Parecer sobre o Relatório de Gestão 2025	Emitir parecer sobre a conformidade da Prestação de Contas Anual de 2025 da UTFPR	REITORIA	05/01/2026 a 30/04/2026	120	TCU e CGU	Chefe da AUDIN
CAPACITAÇÃO								

Ordem de Serviço	Capacitação	Justificativa	Horas previstas	Início e conclusão	Responsável
6.	Fórum Nacional dos Integrantes das Auditorias Internas - FONAI Tec.	Treinamento e integração dos servidores vinculados às auditorias internas do Poder Executivo Federal.	50	05/01/2026 a 04/12/2026	Todos
7.	Congresso Brasileiro de Auditoria e Controle Interno (COBACI) – UNAMEC.	Treinamento e integração dos servidores vinculados às auditorias internas do Poder Executivo Federal.	50	05/01/2026 a 04/12/2026	Todos
8.	Cursos relacionados aos serviços de auditoria do exercício, novas tendências ou outros temas conectados à atividade de auditoria interna governamental.	Aprimoramento das atividades de auditoria que serão realizadas no exercício.	60	05/01/2026 a 04/12/2026	Todos

RECOMENDAÇÕES OU DETERMINAÇÕES PENDENTES - PPP

Ordem de Serviço	Descrição da Ação	Origem da Demanda	Objetivo	Horas previstas	Início e conclusão	Responsável
9.	Monitoramento das recomendações emitidas (PPP)	CGU TCU AUDIN	Acompanhar a implementação das recomendações da CGU, TCU e AUDIN.	240	05/01/2026 a 18/12/2026	Chefe da AUDIN

GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE

Ordem de Serviço	Descrição da Ação	Origem da Demanda	Objetivo	Horas previstas	Início e conclusão	Responsável
10.	Aplicar o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ)	CGU	Promover a avaliação e a melhoria contínua dos processos de trabalho, dos produtos emitidos e da eficácia e da eficiência da atividade de auditoria interna.	180	05/01/2026 a 18/12/2026	Todos
11.	Avaliar as atividades de auditoria de acordo com os indicadores e metas dos trabalhos da AUDIN.	CGU	Apresentar melhores resultados a fim de que haja maior fortalecimento da gestão da auditoria interna, sendo consubstanciados no RAINT.	40	05/01/2026 a 18/12/2026	Todos

INFORMAÇÕES À CGU E AO TCU

Ordem de Serviço	Descrição da ação	Origem da Demanda	Objetivo	Horas previstas	Início e conclusão	Responsável
12.	Interlocução ou acompanhamento referentes a demandas ou diligências do controle interno.	CGU	Realizar o atendimento à CGU a fim de orientar, acompanhar e realizar a interlocução com a administração.	120	05/01/2026 a 18/12/2026	Todos

13.	Interlocução ou acompanhamento referentes a demandas ou diligências do controle externo.	TCU e outros	Realizar o atendimento ao TCU, ou outros órgãos, a fim de orientar, acompanhar e realizar a interlocução com a administração.	120	05/01/2026 a 18/12/2026	Todos
-----	--	--------------	---	-----	-------------------------	-------

GESTÃO INTERNA

Ordem de Serviço	Descrição da ação	Origem da Demanda	Objetivo	Horas previstas	Início e conclusão	Responsável
14.	Elaboração PAINT 2027	Obrigação normativa	Planejar as ações de auditorias para o exercício de 2027, na forma estabelecida pela legislação vigente.	220	01/09/2026 a 30/10/2026	Chefe da AUDIN
15.	Elaboração do RAINT 2025	Obrigação normativa	Relatar as atividades realizadas pela AUDIN no exercício de 2025, bem como justificar as não executadas.	220	05/01/2026 a 31/03/2026	Chefe da AUDIN
16.	Relatório semestral de desempenho da atividade de auditoria	Obrigação normativa	Emitir relatório indicando o andamento e os resultados do PAINT realizado no 1º semestre do exercício por meio do duplo reporte pela AUDIN.	190	01/07/2026 a 14/08/2026	Chefe da AUDIN
17.	Contabilização dos benefícios	Obrigação normativa	Contabilizar os benefícios financeiros e não financeiros da atividade de auditoria interna no exercício.	190	05/01/2026 a 18/12/2026	Todos
18.	Publicações da AUDIN	Obrigação normativa	Atualizar periodicamente o sítio eletrônico da AUDIN.	190	05/01/2026 a 18/12/2026	Leandra
19.	Política de Concessão e Acesso aos Papéis de Trabalho da Auditoria Interna	Obrigação normativa	Atender a Política de Concessão e Acesso aos Papéis de Trabalho da Auditoria Interna (PCAPT UTFPR).	190	05/01/2026 a 18/12/2026	Todos

DEMANDAS EXTRAORDINÁRIAS

Ordem de Serviço	Descrição da ação	Origem da Demanda	Objetivo	Horas previstas	Início e conclusão	Responsável
20.	Demandas extraordinárias	Órgãos internos ou externos	Atendimento de demandas extraordinárias de origem interna ou externa, inclusive atividades administrativas.	184	05/01/2026 a 18/12/2026	Todos

Fonte: AUDIN, 2025.

Apêndice III – Projeto de Lei Orçamentária Anual

Órgão: 26000 - Ministério da Educação

Unidade: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Quadro Síntese

Código / Especificação	Lei+Créditos 2024	Empenhado 2024	PLO 2025	Recursos de Todas as Fontes	
				LOA 2025	PLO 2026
Total	1.287.928.469	1.274.791.929	1.282.110.541	1.280.941.403	1.538.157.865
Programa					
0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.117.303.603	1.105.270.410	1.118.306.229	1.118.306.229	1.367.324.964
0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	13.000		13.000	13.000	14.651
0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	89.289	80.867	126.000	126.000	129.000
5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	170.522.577	169.440.652	163.665.312	162.496.174	170.689.250
Função					
09 Previdência Social	188.290.759	186.070.814	186.750.703	186.750.703	234.389.986
12 Educação	1.099.535.421	1.088.640.248	1.095.220.838	1.094.051.700	1.303.624.228
28 Encargos Especiais	102.289	80.867	139.000	139.000	143.651
Subfunção					
122 Administração Geral	70.200	70.200	86.400	86.400	151.200
272 Previdência do Regime Estatutário	188.290.759	186.070.814	186.750.703	186.750.703	234.389.986
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	60.821.041	60.005.736	67.789.468	67.789.468	66.925.894
364 Ensino Superior	881.423.111	878.341.396	873.019.955	871.850.817	1.055.792.171
846 Outros Encargos Especiais	157.323.358	150.303.783	154.464.015	154.464.015	180.898.614
Grupo de Despesa					
1 Pessoal e Encargos Sociais	1.056.425.362	1.045.194.474	1.050.443.361	1.050.443.361	1.300.262.521
3 Outras Despesas Correntes	203.872.479	203.042.122	225.501.647	218.917.848	230.957.322
4 Investimentos	27.630.628	26.555.333	6.165.533	11.580.194	6.938.022
Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI
1000	1.065.872.535	229.807.322	10.000		
1050		1.150.000	6.928.022		
1056	234.389.986				
Total	1.300.262.521	230.957.322	6.938.022		1.538.157.865

Fonte: PLOA 2026, Volume 5, em <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamientos-anuais/2026/ploa/projeto-de-lei-orcamentaria-anual-2026>

Órgão: 26000 - Ministério da Educação

Unidade: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.367.324.964
	Atividades								952.180.015
0032 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	12 331							16.224.672
0032 2004 0041	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná (Seq: 4130)		F 3 - ODC	1	90	0	1000		16.224.672
			F 3 - ODC	1	90	8	1000		4.196.112
									12.028.560
0032 20TP	Ativos Civis da União	12 364							885.102.921
0032 20TP 0041	Ativos Civis da União - No Estado do Paraná (Seq: 4131)		F 1 - PES	1	90	8	1000		885.102.921
0032 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	12 331							50.701.222
0032 212B 0041	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná (Seq: 4132)		F 3 - ODC	1	90	0	1000		50.701.222
			F 3 - ODC	1	90	8	1000		161.136
									50.540.086
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	12 122							151.200
0032 216H 0041	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Paraná (Seq: 4133)		F 3 - ODC	2	90	8	1000		151.200
	Produto: Agente público beneficiado (unidade): 7								151.200
	Operações Especiais								415.144.949
0032 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							234.389.986
0032 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná (Seq: 4134)		S 1 - PES	1	90	0	1056		234.389.986
									234.389.986
0032 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	12 846							180.754.963
0032 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná (Seq: 4135)		F 1 - PES	0	91	8	1000		180.754.963
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								14.651
	Operações Especiais								14.651
0909 00S6	Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012	28 846							14.651
0909 00S6 0041	Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 - No Estado do Paraná (Seq: 4136)		F 1 - PES	1	90	0	1000		14.651
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								129.000
	Operações Especiais								129.000
0910 00PW	Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							90.000
0910 00PW 0001	Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional (Seq: 4137)		F 3 - ODC	2	50	0	1000		90.000
									90.000
0910 00UU	Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica	28 846							39.000
0910 00UU 0002	Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica - Exterior (Seq: 4138)		F 3 - ODC	2	80	0	1000		39.000
5113	Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade								170.689.250
	Atividades								170.689.250
5113 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							80.000
5113 20GK 0041	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Paraná (Seq: 4139)		F 3 - ODC	2	90	8	1000		80.000
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 14								80.000
5113 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							137.848.936
5113 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná (Seq: 4140)		F 3 - ODC	2	90	8	1000		137.848.936
	Produto: Estudante matriculado (unidade): 29.719		F 3 - ODC	2	90	8	1050		133.126.945
			F 3 - ODC	2	91	8	1000		1.050.000
			F 3 - ODC	2	91	8	1050		682.980
			F 4 - INV	2	90	8	1050		100.000
									2.889.011
5113 21GS	Internacionalização da Educação Superior	12 364							122.834
5113 21GS 0041	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Paraná (Seq: 4141)		F 3 - ODC	2	90	8	1000		122.834
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 5								122.834
5113 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	12 364							28.588.469
5113 4002 0041	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Paraná (Seq: 4142)		F 3 - ODC	2	90	0	1000		28.588.469
	Produto: Estudante assistido (unidade): 5.842								28.588.469
5113 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							4.049.011

Órgão: 26000 - Ministério da Educação

Unidade: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 8282 0041	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná (Seq: 4143) Produto: Projeto apoiado (unidade): 13		F F	4 - INV 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1050	4.049.011 10.000 4.039.011
Tota									1.538.157.865

Fonte: PLOA 2026, Volume 5, em <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamientos-anuais/2026/ploa/projeto-de-lei-orcamentaria-anual-2026>

ANEXO – Metodologia de Plano de Auditoria Baseado em Riscos



Metodologia de Plano de Auditoria Baseado em Riscos

MPABR UTFPR



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AUDIN	Unidade de Auditoria Interna
COSO	Committee of Sponsoring Organizations
EPROC	Escritório de Processos da UTFPR
ERM	Enterprise Risk Management
IN	Instrução Normativa
MOT	Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal
PABR	Plano de Auditoria Baseado em Riscos
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
TCU	Tribunal de Contas da União
UAIG	Unidade de Auditoria Interna Governamental
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, MACROPROCESSOS, PROCESSOS E CADEIA DE VALOR DA UTFPR.....	5
3. GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS ELEMENTOS DA MATRIZ DE RISCOS	8
4. DA MATRIZ DE RISCOS	9
4.1 APLICAÇÃO DO PABR À MATRIZ DE RISCOS	12
4.2 HISTÓRICO DAS AÇÕES DE AUDITORIA REALIZADAS.....	24

1. INTRODUÇÃO

A auditoria baseada em riscos tem como objetivo central priorizar os recursos e esforços em áreas que apresentam maior probabilidade de falhas ou perdas para a organização, contribuindo para o **aprimoramento da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos da administração**. Esse método também ajuda a melhorar a eficácia operacional e a promover a transparência, eficiência e a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

Assim, a auditoria baseada em riscos – apoiada no conceito de governança corporativa e gerenciamento de riscos – não apenas identifica e prioriza áreas de vulnerabilidade, mas também atua como uma ferramenta estratégica para fortalecer o *compliance* e fomentar uma cultura organizacional voltada à prevenção de riscos. A abordagem ajuda as entidades públicas a adotarem medidas mais proativas e menos reativas, fortalecendo tanto o planejamento de longo prazo quanto as respostas rápidas a eventuais problemas identificados.

De acordo com o *framework* do [COSO \(Committee of Sponsoring Organizations\)](#), o gerenciamento de riscos corporativos (*Enterprise Risk Management - ERM*) visa integrar a gestão de riscos no planejamento estratégico das organizações. A metodologia reconhece que os riscos podem afetar a capacidade de uma organização em alcançar seus objetivos.

O [Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal \(MOT\)](#), aprovado por meio da Instrução Normativa n.º 8, de 6 de dezembro de 2017, assevera sobre o planejamento de auditoria em consonância aos riscos de maior relevância, conforme o seguinte trecho:

O Plano de Auditoria Interna é o documento no qual são registradas as atividades que a UAIG pretende desenvolver em um determinado período de tempo, normalmente um ano. Deve ser baseado em riscos, o que significa que sua principal finalidade deve ser garantir que a Unidade de Auditoria Interna Governamental concentre seus trabalhos nos objetos de auditoria com maior exposição a ameaças que possam afetar o alcance dos seus objetivos, ou seja, os de maior risco. (Item 4.1)

No entanto, a identificação dos temas a serem auditados no exercício foi realizada a partir da avaliação de riscos da Auditoria Interna (AUDIN) em razão da ausência de gerenciamento de riscos próprio da administração, conforme previsto no MOT:

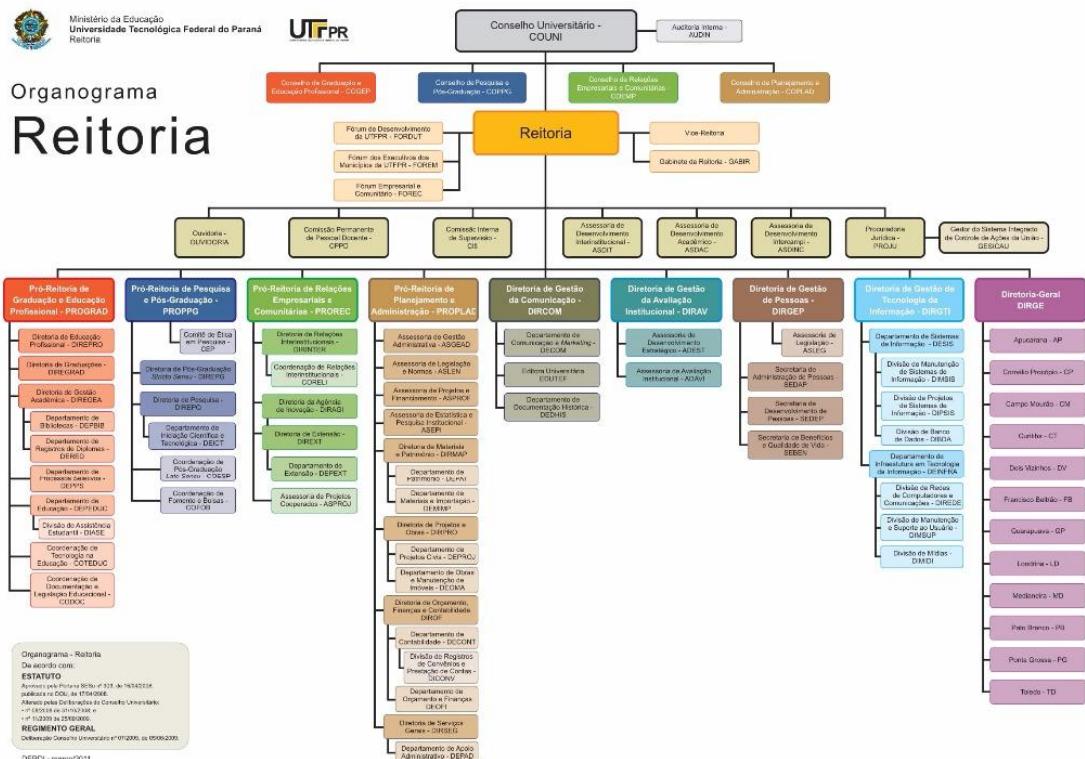
Se a Unidade Auditada não possuir um processo de gerenciamento de riscos implementado ou se for incipiente, a UAIG poderá selecionar os trabalhos de auditoria a partir da identificação e da avaliação de riscos realizada por ela própria. (Item 4.1.4.2)

Portanto, a Auditoria Interna, dada à sua autonomia e objetividade, intenta configurar como um apoio estratégico da gestão, a qual não deve tão-somente apontar ações corretivas, mas sobretudo deve propor reflexões, ações preventivas e melhorias sistêmicas. E, nesse sentido, a elaboração da metodologia do plano baseado em riscos da AUDIN é composta pelas dimensões dos macro-objetivos do [Plano de Desenvolvimento Institucional \(PDI\) 2023-2027](#), bem como dos macroprocessos e respectivos processos institucionais para a avaliação de riscos da AUDIN, utilizando-se de documentos do [Escritório de Processos](#) da UTFPR.

2. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, MACROPROCESSOS, PROCESSOS E CADEIA DE VALOR DA UTFPR

A AUDIN tem o encargo precípuo de agregar valor à administração por meio do fortalecimento dos controles internos, buscando a eficiência, eficácia, efetividade e economicidade dos atos e fatos administrativos. Dessa maneira, os trabalhos de auditoria, bem como da avaliação de riscos, são assentados nos processos concernentes às estruturas da alta administração da organização (Figura 1).

Figura 1 - Estrutura organizacional da Reitoria da UTFPR.

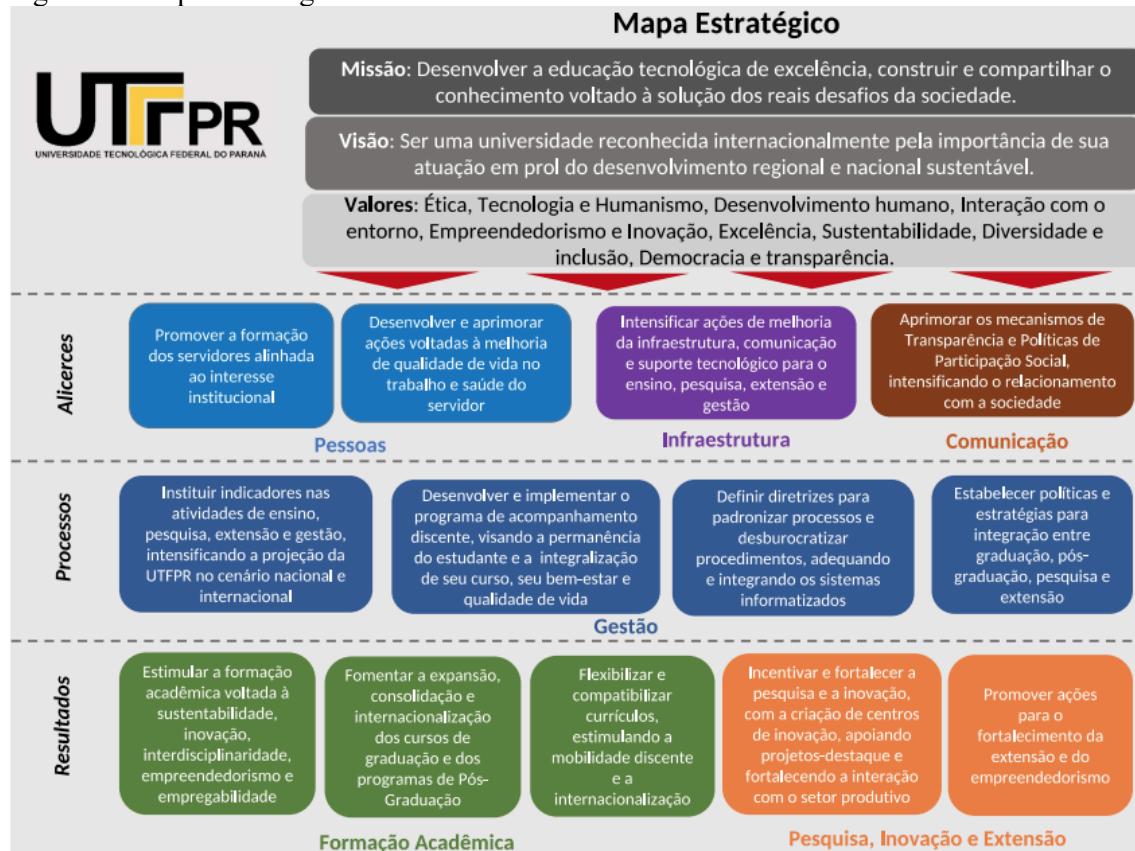


Fonte: Portal da UTFPR, 2023 ([clique para ver o tamanho completo](#)).

O [Plano de Desenvolvimento Institucional \(PDI\)](#) e o [Projeto Pedagógico Institucional \(PPI\)](#) são os principais documentos estratégicos da instituição. O atingimento e cumprimento dos planos, programas e objetivos institucionais – que ocorrem por meio de processos, procedimentos e ações ou atos da gestão – são descritos na [Prestação de Contas e Relato Integrado do Relatório de Gestão](#) à luz das normas do Tribunal de Contas da União. Tais instrumentos são medidas de transparência, avaliação e controle das entregas e resultados à sociedade.

O Escritório de Processos ilustra o mapa estratégico da UTFPR, conforme a Figura 2, apresentando o funcionamento e a manutenção do órgão nas seguintes perspectivas: a) os **alicerce**s, formados por “pessoas”, “infraestrutura” e “comunicação”; b) os **processo**s, formados pela “gestão”; e c) os **resultado**s, formados pela “formação acadêmica” e pela “pesquisa, inovação e extensão”.

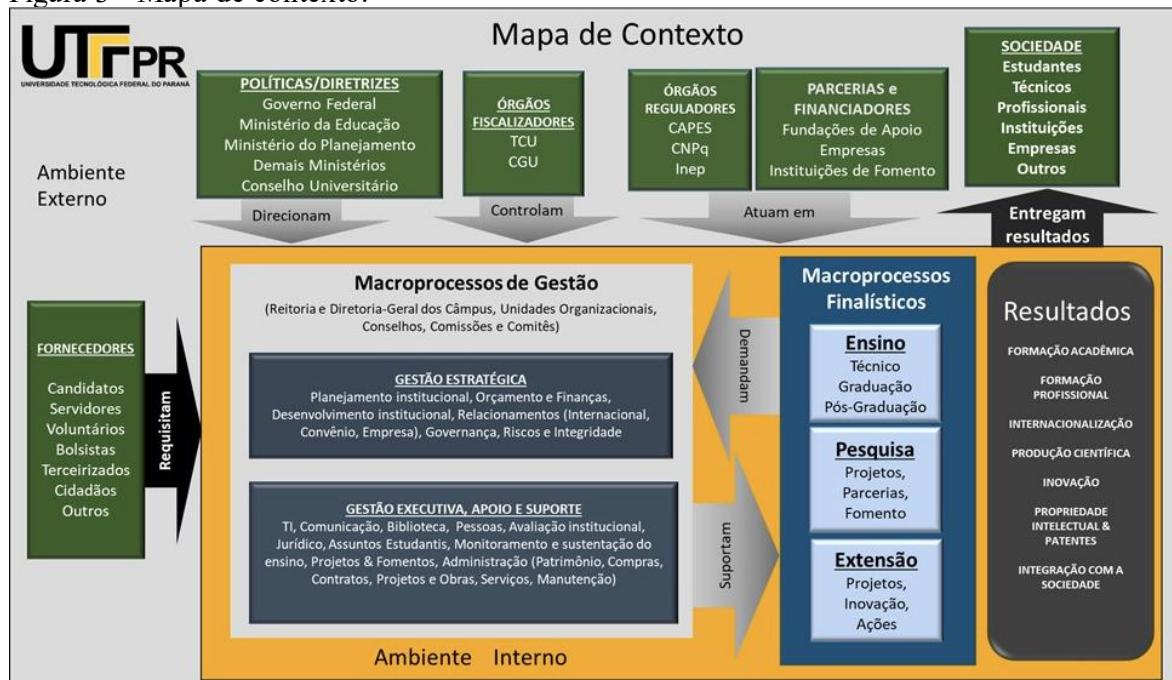
Figura 2 - Mapa Estratégico da UTFPR.



Fonte: EPROC, 2023.

Ainda em relação ao funcionamento e manutenção da UTFPR, o mapa de contexto (Figura 3) apresenta os diversos fatores do “ambiente externo” e do “ambiente interno”, que se inter-relacionam para a realização dos planos, programas, ações e objetivos institucionais.

Figura 3 - Mapa de contexto.



Fonte: EPROC, 2023.

A partir dos diversos fatores que compõem os ambientes internos e externos, adentra-se aos macroprocessos de “gestão estratégica” e de “gestão executiva, apoio ou suporte” da instituição (Figura 4), coadunando-os aos macroprocessos finalísticos, que encalçam aos resultados e entregas à sociedade.

Figura 4 - Macroprocessos da UTFPR.



Fonte: EPROC, 2023.

Outrossim, a cadeia de valor dos macroprocessos finalísticos (Figura 5) apresenta as principais etapas do modelo de negócio da instituição, bem como dos elementos finalísticos concernentes à população universitária.

Figura 5 - Cadeia de valor dos macroprocessos finalísticos.



Fonte: EPROC, 2023.

Portanto, a concretização e a avaliação das políticas públicas orientadas a uma instituição federal de ensino superior são realizadas a partir do planejamento, execução, entrega e avaliação dos atos e fatos da administração, conforme os princípios e normas que regem a matéria. E tais preceitos, que são realizados e ordenados por meio de processos e procedimentos institucionais, estão imbuídos de diversos riscos à administração.

3. GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS ELEMENTOS DA MATRIZ DE RISCOS

Considerando o contexto dos principais elementos de uma matriz de riscos e seu papel na presente metodologia, faz-se importante elencar um glossário sobre tais elementos que orientam o planejamento e a execução de auditorias, os quais priorizam os aspectos mais críticos da operação e ajudam na alocação eficaz de recursos para a mitigação de riscos.

Macroprocesso:

- **Descrição:** Conjunto de processos que refletem áreas de atuação da organização. Representa uma categoria mais ampla dentro da qual processos específicos estão inseridos.
- **Importância no Plano de Auditoria:** Facilita a identificação de áreas-chave onde grandes volumes de riscos podem se concentrar, permitindo que a auditoria enfoque os aspectos mais críticos da operação.

Processo:

- **Descrição:** Atividades ou conjuntos de atividades que transformam insumos em resultados. Cada processo desempenha uma função específica dentro de um macroprocesso.
- **Importância no Plano de Auditoria:** Processos representam os pontos onde os riscos são mais concretos e mensuráveis, sendo, portanto, foco direto da auditoria.

Risco:

- **Descrição:** A possibilidade de que eventos adversos afetem o alcance dos objetivos organizacionais. Os riscos podem se originar de inconsistências internas ou de eventos externos.
- **Importância no Plano de Auditoria:** A identificação de riscos permite que a auditoria se concentre em áreas com maior probabilidade de adversidades, garantindo a eficiência na alocação de recursos.

Causa:

- **Descrição:** Fator ou conjunto de fatores que originam ou contribuem para a materialização de um risco.
- **Importância no Plano de Auditoria:** Conhecer as causas ajuda a auditar de forma proativa, focando em mitigar as origens dos problemas e não apenas em corrigir os sintomas.

Consequência:

- **Descrição:** O impacto potencial de um risco materializado, isto é, os efeitos que um risco pode gerar se ele ocorrer.
- **Importância no Plano de Auditoria:** Avaliar as consequências permite priorizar auditorias em áreas onde o impacto potencial é mais severo para a organização.

Mitigação:

- **Descrição:** Medidas ou controles que podem ser adotados para reduzir a probabilidade ou o impacto de um risco.

- **Importância no Plano de Auditoria:** A auditoria deve avaliar a eficácia das estratégias de mitigação, verificando se as ações propostas são devidamente implementadas e se estão reduzindo os riscos de forma satisfatória.

Impacto:

- **Descrição:** O grau de severidade que um evento adverso pode causar à organização. É mensurado pela escala: “1” muito baixo; “2” baixo; “5” médio; “8” alto; “10” muito alto.
- **Importância no Plano de Auditoria:** O nível de risco considera o grau de severidade do impacto, garantindo que os processos críticos sejam priorizados.

Probabilidade:

- **Descrição:** A chance de um risco se materializar, também mensurada pela escala: É mensurado pela escala: “1” muito baixo; “2” baixo; “5” médio; “8” alto; “10” muito alto.
- **Importância no Plano de Auditoria:** O nível de risco considera o grau de probabilidade da ocorrência do risco, garantindo que os processos críticos sejam priorizados.

Nível de Risco:

- **Descrição:** Produto do impacto e da probabilidade, representando a gravidade total do risco. É uma métrica chave usada para priorizar os riscos (impacto x probabilidade), cuja mensuração é realizada da seguinte forma: baixo ($1 < x \leq 9,99$), médio ($10 < x \leq 39,99$), alto ($40 < x \leq 79,99$) e extremo (≥ 80).
- **Importância no Plano de Auditoria:** A auditoria deve focar nos riscos com maior nível, pois esses têm o potencial de causar maiores prejuízos e precisam de controle efetivo e eficaz.

4. DA MATRIZ DE RISCOS

O [Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal \(MOT\)](#), aprovado por meio da Instrução Normativa n.º 8, de 6 de dezembro de 2017, prevê sobre a assimilação de riscos aos critérios do impacto do evento e a probabilidade de ocorrência:

Após os riscos serem identificados, é necessário avaliá-los, de modo que possam ser classificados e mesmo comparados. Para tanto, busca-se estimar a sua magnitude (nível de risco) com base, por exemplo, nos critérios do impacto do evento e sua probabilidade de ocorrência. (...) É recomendável que, para classificar os riscos em termos de impacto e de probabilidade, sejam definidas escalas para essas duas perspectivas. Essas escalas possibilitam interpretação e aplicação consistentes por diferentes partes envolvidas. Quanto mais descriptivas forem as escalas, melhor será a interpretação pelos usuários. O ideal é encontrar o equilíbrio entre simplicidade e abrangência. (MOT, p. 55)

A matriz de riscos avalia os riscos com base na probabilidade de ocorrerem e no impacto que podem causar. Destaca-se, outrossim, que a identificação de riscos é incomensurável, inclusive no sentido da variabilidade de abordagens metodológicas. No entanto, é essencial para garantir a transparência e objetividade nas avaliações de auditoria, proporcionando a implementação de ações preventivas, o que transcende a mera adoção de medidas corretivas.

Assim, a escala de impacto é um componente essencial para determinar a gravidade de um risco e suas consequências e, para a presente metodologia, é composta por diferentes magnitudes e graus, que podem ser descritos como "muito baixo", de grau “1”; "baixo", de grau “2”; "médio",

de grau “5”; “alto”, de grau “8”; e “muito alto”, de grau “10”. Esses níveis ajudam a quantificar a severidade dos efeitos que um risco pode ter sobre uma organização, variando de consequências mínimas a impactos potencialmente danosos.

O Quadro 1 apresenta a escala de impacto a ser utilizada nesta metodologia.

Quadro 1 - Escala de Impacto.

Escala de Impacto (eixo y do Risco Inerente)		
Magnitude	Descrição	Grau
Muito baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, porém causando impactos mínimos nos objetivos de prazo, custo, qualidade, escopo, imagem ou relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas (clientes internos/externos, beneficiários).	1
Baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos pequenos nos objetivos .	2
Médio	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas, causando impactos significativos nos objetivos, porém recuperáveis .	5
Alto	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos de reversão muito difícil nos objetivos .	8
Muito alto	Paralisação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos irreversíveis/catastróficos nos objetivos .	10

Fonte: Brasil. Tribunal de Contas da União. Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2017 (adaptada) *apud* MOT, 2017 (p. 147).

A probabilidade é outro eixo essencial, juntamente com o impacto, para avaliar a criticidade de um risco numa matriz de riscos. A escala de probabilidade mede a chance de um evento ou risco ocorrer, ajudando as equipes a entender quais riscos são mais prováveis e, portanto, necessitam de maior atenção. Tal como acontece com o impacto, a escala de probabilidade podem ser descritos como “muito baixo”, de grau “1”; “baixo”, de grau “2”; “médio”, de grau “5”; “alto”, de grau “8”; e “muito alto”, de grau “10”.

O Quadro 2 apresenta a escala de probabilidade a ser utilizada nesta metodologia.

Quadro 2 - Escala de Probabilidade.

Escala de Probabilidade (eixo x do Risco Inerente)		
Magnitude	Descrição	Grau
Muito baixa	Evento improvável de ocorrer. Excepcionalmente poderá até ocorrer, porém não há elementos ou informações que indiquem essa possibilidade.	1

Escala de Probabilidade (eixo x do Risco Inerente)		
Baixa	Evento raro de ocorrer. O evento poderá ocorrer de forma inesperada, havendo poucos elementos ou informações que indicam essa possibilidade.	2
Média	Evento possível de ocorrer. Há elementos e/ou informações que indicam moderadamente essa possibilidade.	5
Alta	Evento provável de ocorrer. É esperado que o evento ocorra, pois os elementos e as informações disponíveis indicam de forma consistente essa possibilidade.	8
Muito alta	Evento praticamente certo de ocorrer. Inequivocamente o evento ocorrerá, pois os elementos e informações disponíveis indicam claramente essa possibilidade.	10

Fonte: Brasil. Tribunal de Contas da União. Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2017 (adaptada) *apud* MOT, 2017 (p. 148).

Apresentadas as Escalas de Impacto e de Probabilidade, é importante revelar sobre o **mapa de calor do nível de risco**, que é uma ferramenta visual utilizada na gestão de riscos para identificar, avaliar e priorizar os riscos dentro de uma organização. Este mapa, também conhecido como *heatmap* de riscos, facilita a compreensão das áreas críticas e permite uma tomada de decisão mais informada sobre quais riscos devem ser tratados com mais urgência. A principal função de um mapa de calor é apresentar de forma clara e intuitiva a combinação de probabilidade e impacto de cada risco, utilizando uma codificação por cores para indicar os diferentes níveis de criticidade, conforme constam nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 - Mapa de calor do nível de risco.

		Mapa de calor do nível de risco					
		10	10	20	50	80	100
<i>Impacto</i>	10	8	16	40	64	80	
	8	5	10	25	40	50	
	5	2	4	10	16	20	
	2	1	2	5	8	10	
	1	1	2	5	8	10	
		1	2	5	8	10	
<i>Probabilidade</i>							

Fonte: AUDIN, 2024.

Tabela 2 - Legenda do mapa de calor.

Nível de Risco	Legenda
Baixo	1 a 9,99
Médio	10 a 39,99
Alto	40 a 79,99
Extremo	Igual ou acima de 80

Fonte: AUDIN, 2024.

Portanto, a Metodologia do Plano de Auditoria Baseado em Riscos da AUDIN da UTFPR procura estabelecer os critérios de seleção das ações de auditoria para o exercício, sendo demonstrados na Matriz de Riscos da AUDIN no **Item 4.1**.

4.1 APLICAÇÃO DO PABR À MATRIZ DE RISCOS

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Causa	Consequência	Possíveis Medidas de Mitigação	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco
Desenvolvimento Institucional	Gestão Estratégica	Ambiental, Social e Governança (ASG)	Desalinhamento estratégico	Inconsistências procedimentais ou na comunicação entre setores	Falhas na execução de metas e objetivos institucionais	Desenvolvimento de procedimentos ou canais de comunicação claros e eficazes	8	5	40
			Plano de Logística Sustentável inexistente ou insuficiente	Falta de planejamento para estudos e elaboração do PLS	Ausência de metas, objetivos ou organização para implementação do PLS	Planejamento, acompanhamento e avaliação contínuos da institucionalização do PLS	8	5	40
			Descontinuidade de governança	Falta de sucessão planejada ou de consistência em procedimentos e regulamentações	Lacunas em decisões estratégicas	Estabelecer plano sucessório e de continuidade ou regulamentos institucionais	8	5	40
		Atividades correicionais	Ineficiência na correção de irregularidades	Falta de recursos humanos e tecnológicos ou falta de treinamento ou falta de pessoas com perfil adequado na função	Aumento da impunidade e reincidência	Alocar mais recursos e implementar tecnologia de gestão de processos	8	2	16
			Interferência externa nas atividades correicionais	Pressões políticas e institucionais	Comprometimento da imparcialidade	Estabelecer mecanismos de proteção contra influências externas	10	5	50
			Baixa adesão aos encaminhamentos correicionais	Falta de orientação clara ou inconsistente	Manutenção de práticas inadequadas	Fortalecer mecanismos de monitoramento e responsabilização	8	5	40
		Comissão de Ética	Falta de procedimentos institucionalizados	Não publicação ou divulgação de informações claras	Desconfiança e redução da credibilidade institucional	Implementar regulamentos ou políticas de divulgação e transparéncia	5	2	10
			Desigualdade de tratamento de casos éticos	Subjetividade nas decisões	Perda de legitimidade da comissão	Criar critérios objetivos, imparciais e uniformes para as decisões	8	5	40
			Lentidão no processamento de casos	Excesso de burocracia e falta de pessoal	Acúmulo de casos e falta de resolução	Revisar processos e otimizar fluxos de trabalho	8	5	40
		Ouvidoria	Subnotificação de denúncias	Falta de conhecimento sobre os canais de denúncia	Menor detecção de problemas institucionais	Campanhas de conscientização e maior divulgação dos canais de denúncia	5	5	25
			Inadequada proteção aos denunciantes	Fragilidade dos mecanismos de anonimato	Retaliação contra denunciantes	Fortalecer mecanismos de proteção ao denunciante	10	2	20

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Causa	Consequência	Possíveis Medidas de Mitigação	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	
Planejamento e Avaliação Institucional			Conflito de interesses	Inérgia sobre reclamações, elogios ou denúncias	Inérgia administrativa ou falta de recursos	Incredibilidade do canal de ouvidoria	Estabelecer métodos de cumprimento de prazos e procedimentos para resposta às denúncias	10	5	50
				Não declaração de conflitos	Falta de fiscalização e monitoramento adequado	Tomada de decisões enviesadas	Fortalecer mecanismos procedimentais e regulamentos	10	5	50
				Falhas no gerenciamento de conflitos de interesse	Falta de treinamento específico	Descomprometimento da tomada de decisões	Treinamento contínuo para todos os servidores envolvidos	8	5	40
			Integridade e gestão de riscos	Quebra de integridade por servidores ou comunidade acadêmica	Ausência de cultura de integridade	Comprometimento da imagem e valores institucionais	Campanhas de conscientização, monitoramento e desenvolvimento de regulamentos	10	5	50
				Corrupção interna	Falta de mecanismos de controles efetivos	Perda de credibilidade e impactos financeiros	Fortalecer mecanismos de controle interno	10	5	50
				Inexistência ou identificação inadequada de riscos pela administração	Falta de ferramentas e metodologias apropriadas	Desconhecimento ou subestimação de riscos críticos para atenção do gestor	Implementação de sistemas automatizados de gerenciamento de riscos	10	8	80
			Transparência e acesso à informação	Omissão de informações importantes	Falta de regulamentação interna	Redução da confiança pública	Criar políticas claras sobre a divulgação de informações	8	5	40
				Inadequada divulgação de informações	Falta de padronização	Desinformação do público	Criar um sistema de divulgação de informações padronizado	8	5	40
				Atrasos na publicação de documentos	Lentidão na tomada de decisões	Inviabilidade do controle social	Otimizar fluxos de publicação e garantir prazos definidos	8	5	40
			Órgãos de controle interno e externo	Desagregação entre órgãos internos e externos	Divergência de processos ou entendimentos e falta de integração	Informações inconsistentes e perda de eficácia e efetividade	Criar políticas de integração e cooperação	8	2	16
				Autonomia falha dos órgãos de controle	Influências políticas	Incapacidade de agir de forma independente	Fortalecer mecanismos de independência	8	5	40
			Avaliação e documentos institucionais	Documentos desatualizados	Falta de revisão periódica	Adoção de políticas obsoletas	Estabelecer cronograma de revisão documental	8	8	64
				Erros na documentação	Falta de padronização e controle de qualidade	Decisões errôneas baseadas em informações incorretas	Criar padrões de controle de qualidade	10	5	50
				Atraso na elaboração de documentos	Sobrecarga de trabalho ou falta de capacitação	Decisões estratégicas retardadas	Capacitação e revisar processos para aumentar eficiência e distribuição de trabalho	8	5	40
Políticas de Gestão	Gestão de Pessoas		Qualificação inadequada dos servidores	Falta de treinamento e programas de capacitação	Baixa produtividade e erros operacionais	Desenvolvimento contínuo de programas de capacitação	8	2	16	

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Causa	Consequência	Possíveis Medidas de Mitigação	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco
		Desenvolvimento, qualificação e capacitação de servidores	Desmotivação por falta de oportunidades de crescimento ou inconsistência em afastamentos	Falta de critérios para capacitação ou qualificação	Alta rotatividade e perda de talentos	Implementação de políticas de capacitação, qualificação, promoção e reconhecimento	8	5	40
			Baixa adesão a treinamentos oferecidos	Programas de treinamento não alinhados às necessidades dos servidores	Investimento perdido e não desenvolvimento de habilidades específicas ao cargo/função	Pesquisa direcionada e alinhamento das necessidades antes de criar os programas	5	5	25
			Inconsistência na concessão de diárias e passagens e falta ou atraso de prestação de contas	Gestão de planejamento, execução e avaliação insuficiente	Desvio de finalidade ou gastos indevidos	Sistematizar a concessão, monitoramento e avaliação da gestão de diárias e passagens institucional	5	5	25
		Folha de pagamento, direitos, vantagens e benefícios (inclusive aposentadoria, pensão e abono permanência)	Erros no processamento da folha de pagamento ou sistema informatizado	Erros de sistema ou falta de verificação ou validação	Insatisfação dos colaboradores e possíveis penalidades legais	Automação no processamento e conferência de lançamentos manuais	10	5	50
			Atrasos no pagamento de parcelas devidas	Falta de integração entre sistemas de gestão de pessoas e financeiro	Reclamações e perda de confiança dos servidores	Integração de sistemas e monitoramento constante	8	5	40
			Não conformidade com a legislação e normas	Falta de atualização sobre mudanças legais	Multas e penalidades jurídicas	Monitoramento contínuo das legislações e treinamento da equipe	10	5	50
		Seleção, estágios e concursos públicos	Ineficiência na contratação de novos servidores docentes	Procedimentos inconsistentes de contratação	Falta de credibilidade institucional e de desempenho	Regulamentação, planejamento, divulgação, integração e otimização do processo de contratação	10	5	50
			Ineficiência na contratação de novos servidores técnico-administrativos	Procedimentos inconsistentes de contratação	Falta de credibilidade institucional e de desempenho	Regulamentação, planejamento, divulgação, integração e otimização do processo de contratação	10	5	50
			Ineficiência na contratação de novos professores substitutos	Procedimentos inconsistentes de contratação	Falta de credibilidade institucional e de desempenho	Regulamentação, planejamento, divulgação, integração e otimização do processo de contratação	8	5	40
			Erros nos processos de concurso público	Falhas na elaboração e aplicação das provas	Questionamentos legais e anulação de concursos	Revisão criteriosa, validação de cada etapa do processo e ampla divulgação	10	5	50
			Desistência de candidatos durante o estágio	Falta de suporte e acompanhamento adequados	Perda de potenciais talentos	Implementação de programas de acompanhamento e retenção de talentos	2	8	16
		Movimentação de servidores e jornada de trabalho	Crítérios ou controles inadequados nos processos de	Falta de sistemas de registro e regulamentos	Parcialidade ou subjetividade indevida no processo à falta de critérios técnicos	Implementação de controle e sistema centralizado para monitoramento	8	5	40

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Causa	Consequência	Possíveis Medidas de Mitigação	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco
Gestão administrativa	Saúde e segurança ocupacional		movimentação ou cumprimento de jornada ou metas						Amarelo
			Demora na autorização de transferências	Ausência de procedimento ou excesso de burocracia	Insatisfação dos servidores e atrasos nas funções	Simplificação dos processos burocráticos	5	5	Verde
			Transparéncia inadequada nas movimentações	Processos intemos pouco claros e falta de publicização	Desconfiança e reclamações por parte dos servidores	Melhorar a comunicação, justificativa e a transparéncia nos processos	5	5	Verde
		Gestão de convênios e transferências	Acidentes de trabalho frequentes	Falta de cumprimento das normas de segurança	Afastamentos frequentes e ações judiciais	Monitoramento e cumprimento rigoroso das normas	10	2	Verde
			Doenças ocupacionais e desmotivação	Ambiente de trabalho inadequado	Redução da produtividade e aumento dos custos com saúde	Melhoria das condições do ambiente de trabalho, reorganização de atividades e gestão por competências	10	8	Vermelho
	Lição e planejamento de contratações	Gestão de convênios e transferências	Desconhecimento sobre procedimentos de segurança	Falta de treinamento e comunicação ineficaz	Incidentes que poderiam ser evitados	Treinamentos regulares e reforço contínuo das políticas de segurança	8	5	Amarelo
			Perda ou atraso sobre prazos dos convênios	Falta de sistemas automatizados de controle ou acompanhamento deficiente	Multas, cancelamento de projetos, perda de financiamento	Implementação de sistemas de gestão de prazos e capacitação da equipe	8	8	Amarelo
			Documentação incompleta	Processos de verificação inadequados	Atraso na liberação de recursos e rejeição de convênios	Treinamento em gestão documental e implementação de rotinas administrativas	5	5	Verde
		Aquisição e planejamento de contratações	Uso inadequado dos recursos transferidos	Imprudência na execução de projetos	Desvio de recursos, prestação de contas inconsistente, implicações legais	Acompanhamento contínuo e avaliação prévia da prestação de contas	10	5	Amarelo
			Planejamento inadequado de contratações	Falta de análise de demanda e planejamento	Sobrepreço e contratações ineficientes	Planejamento detalhado e integração de setores	10	5	Amarelo
	Gestão e fiscalização de contratos	Gestão e fiscalização de contratos	Fraudes em processos licitatórios	Falta de transparéncia e monitoramento	Contratos irregulares, prejuízos financeiros	Transparéncia nos processos e conformidade legal	10	5	Amarelo
			Atrasos em processos licitatórios	Falta de estrutura e planejamento	Atraso na execução de projetos e no alcance de objetivos institucionais	Fortalecer a integração, planejamento e definição de prazos e calendário	8	8	Amarelo
			Descumprimento de cláusulas contratuais e má prestação de serviços	Falta de fiscalização contínua	Prejuízos na prestação de serviços e impactos danosos	Monitoramento ativo e controle rigoroso dos contratos	8	8	Amarelo
			Problemas com aditivos contratuais	Gestão ineficiente e negociações mal conduzidas	Custos adicionais e sobrepreço	Planejamento, revisão e negociações bem estruturados	8	5	Amarelo

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Causa	Consequência	Possíveis Medidas de Mitigação	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil		Patrimônio e almoxarifado	Impropriedades no relacionamento com a fundação de apoio	Falhas ou erros em projetos; falta de planejamento e inexatidão na aplicação de recursos	Prestações de contas reprovadas, desvio de finalidade e penalidades administrativas	Acompanhamento e monitoramento da execução administrativa e financeira dos projetos, inclusive para viabilizar a prestação de contas.	8	8	64
			Extravio de bens	Controle ineficaz de patrimônio	Perda de bens e prejuízos financeiros	Inventários regulares e controle de entrada/saída	5	8	40
			Desalinhamento na previsão de estoques	Falha no acompanhamento de estoques	Interrupção de serviços essenciais	Monitoramento constante e previsões de demanda	8	8	64
			Obsolescência de materiais e equipamentos	Planejamento inadequado de manutenção e renovação	Despesas maiores para substituição de ativos e perdas financeiras	Plano de manutenção preventiva e aquisições planejadas	8	5	40
		Gestão de informação e comunicação	Deficiência na comunicação interna	Sistemas de comunicação deficientes	Retrabalho, perda de informações	Melhorar os sistemas de comunicação e fluxos de informação	5	5	25
			Vazamento de informações sensíveis	Falta de controle de acesso a informações	Riscos de segurança e impacto legal	Controle e monitoramento rigorosos de acessos e criptografia	10	5	50
			Obsolescência tecnológica na gestão e tramitação de informação	Investimento inadequado em infraestrutura	Perda de competitividade e eficiência	Planejamento estratégico de TI e governança institucional	8	5	40
		Indicadores e gestão de processos institucionais	Indicadores inadequados	Deficiência na definição de métricas	Decisões mal-informadas e baixa eficiência	Desenvolvimento de KPIs estratégicos alinhados aos objetivos	8	5	40
			Falha na atualização dos indicadores	Falta de processos regulares de revisão	Indicadores obsoletos que não refletem a realidade	Implantação de ciclos de revisão periódica dos KPIs	5	5	25
			Desalinhamento entre indicadores e metas institucionais	Falta de integração entre áreas	Dificuldade em medir o desempenho institucional corretamente	Revisão dos processos de definição de metas e integração de setores	8	8	64
		Gestão orçamentária	Subestimação de receitas	Estimativas imprecisas de receita futura	Desamparo na realização de despesas	Utilizar dados históricos e estudos especializados para projeções	2	8	16
			Disposição inequânime do orçamento	Mal dimensionamento do orçamento	Paralisação de projetos e compromissos financeiros	Definir prazos e critérios para o planejamento e envolvimento antecipado das partes interessadas	8	5	40
			Superavaliação de despesas	Previsões excessivamente conservadoras	Bloqueio de fundos que poderiam ser aplicados em outras áreas	Revisão periódica de projeções e ajustes dinâmicos no orçamento	5	2	10
		Gestão financeira	Insuficiência ou inadequada execução de recursos financeiros	Mal planejamento para a execução financeira	Incapacidade de cumprir compromissos de curto prazo	Monitoramento contínuo da execução financeira e	10	5	50

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Causa	Consequência	Possíveis Medidas de Mitigação	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco
Gestão de Tecnologia da Informação						orçamentária, com previsão de medidas emergenciais			
			Erros em processos de pagamentos	Falta de conferência de dados dos documentos hábeis e processos de pagamentos	Perdas financeiras, custos adicionais e perda de confiança	Adotar rotinas de pagamentos tempestivos, conferindo-se o processo e os dados dos documentos hábeis	8	5	40
			Fraude financeira	Falta de controles internos rigorosos	Perdas financeiras significativas e danos à reputação	Implementar rotinas administrativas e melhorar os controles internos	10	5	50
		Gestão contábil	Inconsistência contábil	Processos e registros manuais, inconformidades contábeis ou sistemas obsoletos	Relatórios financeiros incorretos, inconsistências patrimoniais e penalidades legais	Automatização, capacitação e revisão regular dos processos contábeis	8	8	64
	Gestão e governança em TI		Desalinhamento estratégico institucional	Falta de comunicação entre TI e negócios	Projetos de TI desalinhados com as metas do negócio e perdas financeiras	Melhorar comunicação e integração entre equipes	8	5	40
			Baixa adesão às políticas e governança de TI	Falta de treinamento, suporte técnico ou resistência à mudança	Não conformidade e falhas de segurança	Promover treinamentos e aumentar conscientização	5	5	25
		Desenvolvimento de soluções de TI	Deficiência no desenvolvimento de sistemas e soluções em TI	Falta de capacitação ou acesso a recursos tecnológicos	Projetos de desenvolvimento inadequados, isolados ou ineficientes	Treinamentos, capacitação, planejamento sistêmico no desenvolvimento de sistemas e soluções em TI	8	8	64
	Manutenção e suporte de soluções de TI	Tecnologia desatualizada	Falta de investimento em novas tecnologias ou má gestão de cronograma	Incompatibilidade com novos sistemas, aumento de custos e insatisfação administrativa	Investir em tecnologias emergentes	8	5	40	
		Problemas de qualidade ou funcionalidade do software	Erros de especificação ou testes insuficientes	Soluções com falhas e retrabalho constante	Aumentar o rigor nos testes e revisões de código	5	8	40	
			Deficiência na manutenção e funcionamento de equipamentos e infraestrutura	Falta de pessoal, material de reposição ou procedimentos ineficientes	Equipamentos não funcionando corretamente e ineficiência administrativa	Revisão de procedimentos institucionais para otimizar os serviços	8	5	40
			Falta de recursos humanos especializados ou financeiros	Escassez de mão de obra qualificada e escassez orçamentária	Projetos atrasados ou baixa qualidade no suporte	Investir em formação, retenção de talentos e soluções adequadas	8	8	64
Infraestrutura Física	Gestão da Infraestrutura	Projetos e obras de engenharia	Impropriedades ou atrasos nas obras	Má gestão de cronogramas	Aumento de custos e tempo de entrega	Acompanhamento, fiscalização e gestão rigorosa de cronogramas e medições	8	8	64
			Problemas estruturais	Erro de projeto ou execução	Insegurança física e patrimonial	Supervisão e manutenção técnica especializada	10	5	50

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Causa	Consequência	Possíveis Medidas de Mitigação	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	
Políticas Acadêmicas	Ensino e Graduação	Gestão de espaços físicos e infraestrutura	Excesso de custo	Erros em projetos e aditivos contratuais inesperados	Estouro do orçamento	Planejamento eficaz e controle de custos rigoroso	8	5	40	
			Manutenção predial	Falhas no sistema estrutural e documental	Manutenção inadequada e falta de revisão de regularidade imobiliária	Paralisação das atividades	Plano de manutenção adequado	10	5	50
				Ausência de manutenção preventiva	Falta de planejamento de manutenção	Paralisação de operações críticas	Implementação de manutenção preventiva	8	8	64
			Gestão de espaços físicos e infraestrutura	Ineficiência no uso de espaços	Má alocação e distribuição de salas e ambientes administrativos	Desorganização nas atividades e insatisfação dos usuários	Implementação de plano de ocupação de bens imóveis	8	5	40
				Problemas de acessibilidade	Ausência de rampas e elevadores adequados	Exclusão de usuários com mobilidade reduzida	Adequação de espaços com normas de acessibilidade	8	5	40
		Seleção de candidatos e democratização do acesso	Ineficiênciano processo de seleção	Falta de critérios claros ou de campanhas de divulgação	Desconfiança, recursos dos candidatos e seleção inexitosa	Definir, realizar e divulgar amplamente os critérios e o processo de seleção	8	5	40	
			Baixa acessibilidade ou divulgação ao sistema de inscrição	Plataforma de inscrição com falhas técnicas ou de difícil acesso	Exclusão de candidatos de áreas remotas, sem acesso à tecnologia, ou baixa procura	Oferecer suporte técnico, alternativas de inscrição e ampla divulgação	5	8	40	
			Falta de diversidade nos candidatos aprovados	Critérios de seleção mal definidos	Baixa inclusão e diversidade nos cursos	Revisar os critérios de seleção para promover diversidade	5	5	25	
		Certificação e diplomação	Atraso na emissão de diplomas	Processos inefficientes ou falta de pessoal	Prejuízo à carreira dos graduados	Automatizar processos e reduzir burocracia	8	8	64	
			Erro ou fraude na emissão de diplomas	Falha no controle de qualidade do processo	Diplomas inválidos ou incorretos, prejudicando alunos	Implementar revisão rigorosa antes da emissão	10	5	50	
			Falta de reconhecimento de diplomas em outros países	Não conformidade com acordos internacionais	Limitação das oportunidades internacionais para os graduados	Buscar certificações internacionais para os cursos	5	5	25	
		Mobilidade acadêmica, internacionalização e estágios	Falta de parcerias internacionais	Falta de investimento e planejamento	Dificuldade na internacionalização dos alunos	Estabelecer acordos com instituições estrangeiras	5	5	25	
			Baixa participação dos alunos em programas de intercâmbio	Falta de divulgação e incentivos	Menor experiência acadêmica, científica e cultural	Incentivar participação e ampliar divulgação de oportunidades	5	8	40	
			Dificuldade na validação de créditos obtidos no exterior	Diferenças nos currículos acadêmicos	Perda de créditos e atraso na formação dos alunos	Criar acordos claros de equivalência de créditos conforme práticas internacionais	8	5	40	
		Biblioteca e editoração	Acesso limitado a materiais atualizados	Falta de planejamento ou orçamento	Comprometimento da qualidade de ensino	Aumentar investimento em acervo digital	8	5	40	

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Causa	Consequência	Possíveis Medidas de Mitigação	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco
Riscos associados à Administração e Gestão Institucional	Criação, extinção e suspensão de cursos; Gestão e avaliação de cursos; Projetos pedagógicos; Assistência Estudantil	Criação, extinção e suspensão de cursos	Atraso na publicação de materiais acadêmicos	Processos ineficientes ou falta de pessoal	Impacto na pesquisa e ensino	Revisar e otimizar os processos de publicação e editoriais	5	5	25
			Falta de acesso a bases de dados internacionais	Orçamento limitado para assinaturas	Pesquisa e ensino comprometidos	Buscar parcerias ou financiamentos para assinar bases de dados	8	5	40
			Decisões precipitadas na extinção, criação ou suspensão de cursos	Análise insuficiente de demanda de mercado	Perda de relevância no mercado educacional	Conduzir estudos de demanda antes de qualquer decisão	8	5	40
			Falta de atualização nos cursos existentes	Ausência de revisão curricular	Cursos desatualizados em relação às necessidades do mercado	Realizar revisões curriculares periódicas	8	8	64
			Atraso ou ineficiência na aprovação de novos cursos	Processos ineficientes ou desconexos	Atraso na oferta de cursos para novos alunos e perda de competitividade	Planejamento integrado e simplificação de processos internos para aprovação e encaminhamento	8	5	40
		Gestão e avaliação de cursos	Descontinuidade na avaliação dos cursos	Falta de planejamento, integração ou de recursos	Manutenção de cursos com baixa qualidade	Implementar sistema regular e periódico de avaliação	8	5	40
			Desalinhamento entre conteúdo dos cursos e as demandas do mercado (inclusive EAD)	Falta de revisão e atualização curricular	Formação inadequada dos alunos para o mercado de trabalho	Realizar revisões periódicas com base em estudos de mercado	8	8	64
			Baixa participação de alunos e docentes nas avaliações	Falta de engajamento ou comunicação ineficaz	Dados insuficientes para melhorias nos cursos	Incentivar a participação com campanhas e benefícios	5	5	25
			Desigualdade na distribuição de aulas a docentes e descumprimento da LDB	Falta de métricas ou critérios para distribuição de aulas e atividades docentes	Sobrerecarregamento de número de aulas em razão da desproporção e possível redução de desempenho e qualidade	Criar ou desenvolver métricas, critérios ou ferramentas de acompanhamento e distribuição de aulas e atividades	8	5	40
		Projetos pedagógicos	Projetos pedagógicos desatualizados	Falta de revisão regular	Cursos desconectados das novas demandas e tecnologias	Estabelecer ciclos de revisão e adaptação	8	5	40
			Falta de integração entre os conteúdos das disciplinas	Falta de coordenação pedagógica	Aprendizado fragmentado e desarticulado	Criar grupos de trabalho entre professores para alinhar conteúdos e competências	5	5	25
			Baixo engajamento dos alunos nos projetos pedagógicos	Falta de metodologias inovadoras e atrativas	Redução da qualidade do aprendizado e limitação na retenção de alunos	Investir em novas metodologias e ferramentas de ensino	5	8	40
	Assistência Estudantil	Concessão de bolsas ou auxílios	Falta de critérios claros para concessão	Critérios mal definidos ou inconsistentes	Conflitos e insatisfação entre os estudantes	Revisar e padronizar os critérios de concessão, com transparência	8	5	40

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Causa	Consequência	Possíveis Medidas de Mitigação	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	
			Desvios de recursos	Falhas no controle e supervisão	Perda de credibilidade e desvio de benefícios	Implementar revisões periódicas das concessões e incentivar o controle social	10	5	50	
			Demora na análise das solicitações	Processos ineficientes ou falta de pessoal	Descontentamento dos alunos e evasão	Simplificar e automatizar processos	5	5	25	
			Ações afirmativas	Falta de diversidade nas ações afirmativas	Planejamento inadequado para inclusão	Desigualdade persistente e exclusão de grupos minoritários	Elaborar políticas inclusivas, de conscientização e diversificadas	8	5	40
				Falta de financiamento para as ações afirmativas	Falta de planejamento orçamentário	Impossibilidade de implementar ações inclusivas	Buscar financiamento externo e parcerias	8	5	40
				Resistência cultural e institucional às ações	Cultura organizacional resistente a mudanças	Dificuldade em implementar programas	Promover campanhas de sensibilização e treinamento	8	5	40
			Acessibilidade	Infraestrutura inadequada para pessoas com deficiência	Instalações não adaptadas ou manutenção insuficiente	Dificuldade de acesso e integração de pessoas com deficiência	Investir na adaptação e manutenção contínua da infraestrutura	10	5	50
				Falta de treinamento dos funcionários	Funcionários sem capacitação específica	Atendimento ineficiente a pessoas com deficiência	Treinar funcionários para atender as necessidades especiais	8	5	40
				Baixa manutenção dos equipamentos adaptativos	Orçamento insuficiente para manutenção contínua	Equipamentos não funcionando corretamente	Criar cronograma regular de manutenção	8	5	40
			Retenção, permanência, atratividade e combate à evasão de alunos	Desmotivação dos alunos levando à evasão	Falta de atratividade ou de apoio psicológico ou pedagógico	Aumento da evasão e queda no desempenho acadêmico	Criar programas de incentivo, suporte, participação, eventos e mentoria para alunos	8	8	64
				Falta de acompanhamento contínuo dos alunos	Recursos limitados para suporte especializado	Desempenho acadêmico prejudicado e aumento da evasão	Implementar sistema de monitoramento contínuo	8	5	40
				Desigualdade de acesso a recursos educativos	Falta de equipamentos e tecnologia apropriada	Dificuldade em concluir cursos e baixa retenção	Investir em infraestrutura tecnológica e acessível	8	5	40
				Falta de políticas, programas ou ações institucionais para a atratividade de alunos	Desconexão institucional com as demandas da sociedade e do mercado	Vagas ociosas e depreciação da reputação institucional	Realizar estudos e propor políticas, programas e ações institucionais para melhor atender o interesse público nos aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais	8	8	64
Pesquisa e Pós-Graduação	Concessão de bolsas ou auxílios	Atraso na liberação de recursos financeiros	Problemas administrativos ou laboriosos nos órgãos financiadores	Interrupção temporária das atividades dos bolsistas e beneficiários e possível evasão	Implementar um sistema de acompanhamento contínuo	8	5	40		
		Ineficiência na distribuição das bolsas	Critérios mal definidos ou mal divulgados	Insatisfação e desconfiança por parte dos candidatos	Desenvolver e divulgar amplamente os critérios de seleção e avaliação	5	5	25		

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Causa	Consequência	Possíveis Medidas de Mitigação	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco
		Gestão, criação, extinção e suspensão de cursos	Cortes orçamentários	Redução de verbas governamentais	Diminuição do número de bolsas oferecidas e possível evasão	Buscar parcerias com o setor privado e outras fontes de financiamento	8	5	40
			Atraso na criação de novos cursos	Processo de aprovação moroso ou ineficiente	Demandas estudantis e de mercado não atendidos	Otimizar os processos internos e de comunicação entre as partes envolvidas	5	2	10
			Extinção de cursos por baixa procura	Falta de planejamento na oferta de cursos ou desatualização	Prejuízo financeiro e acadêmico	Análise prévia de demanda e necessidades do mercado	8	2	16
			Falha na atualização curricular dos cursos	Falta de alinhamento com as novas tendências educacionais	Desvalorização do curso no mercado e perda de competitividade	Realizar revisões periódicas do currículo com participação de especialistas	8	5	40
		Mobilidade acadêmica, internacionalização e extensão	Escassez de parcerias internacionais	Falta de negociação ou acordos bilaterais	Limitação das oportunidades de mobilidade acadêmica	Prospecção ativa de novos acordos internacionais	5	5	25
			Baixa adesão dos alunos à mobilidade internacional	Falta de incentivos financeiros ou desconhecimento das oportunidades	Menor internacionalização do currículo acadêmico	Aumentar a divulgação e oferecer incentivos para participação	5	5	25
			Dificuldade de equivalência de créditos obtidos no exterior	Falta de harmonização entre currículos das instituições	Dificuldades na validação do semestre/ano acadêmico; desmotivação estudantil; desvalorização institucional	Estabelecer diretrizes de equivalência de créditos previamente	8	5	40
		Projetos de Pesquisa e pós-graduação	Insuficiência de financiamento para pesquisas	Redução de verbas públicas ou privadas	Interrupção de projetos e impacto negativo na produção científica	Diversificação das fontes de financiamento e parcerias	10	2	20
			Baixa produtividade científica	Falta de infraestrutura ou incentivo	Menor reconhecimento acadêmico da instituição	Investir em infraestrutura e criar políticas de incentivo à pesquisa	8	5	40
			Escassez de orientação qualificada	Poucos orientadores disponíveis ou capacitados	Atraso na conclusão de teses e dissertações; redução da produção científica	Ampliar o número de orientadores e capacitar os existentes	5	2	10
		Seleção de candidatos e democratização do acesso	Inequidade nos processos seletivos	Falta de objetividade ou de critérios inclusivos	Falta de diversidade e exclusão de grupos minoritários ou desfavorecidos	Revisão dos critérios e políticas de inclusão	8	5	40
			Atraso na divulgação dos resultados	Problemas técnicos ou logísticos	Desorganização e insatisfação dos candidatos	Melhorar a infraestrutura tecnológica e comunicação	5	2	10
			Baixa procura por parte de candidatos qualificados	Falta de divulgação ou incentivo adequado	Cursos com baixa qualidade devido à falta de competitividade	Melhorar campanhas de divulgação e incentivos	5	5	25
		Critérios ineficazes de avaliação	Definição inadequada dos parâmetros de avaliação	Avaliações inconsistentes ou desajustadas	Definir e publicar critérios de avaliação claros e objetivos	5	5	25	

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Causa	Consequência	Possíveis Medidas de Mitigação	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco
Extensão e Inovação	Extensão e Inovação	Acompanhamento e avaliação de projetos de pesquisa	Atraso na avaliação de projetos	Falta de recursos humanos ou técnicos para realizar as avaliações	Dificuldade em cumprir prazos e metas	Aumentar o número de avaliadores e automatizar processos	5	5	25
			Falta de acompanhamento contínuo dos projetos	Sobrecarga de tarefas ou falta de planejamento	Problemas nos resultados finais e desvios nos objetivos do projeto	Estabelecer um cronograma de acompanhamento e avaliação regulares	8	5	40
		Empreendedorismo, inovação, propriedade intelectual	Escassez de financiamento para projetos inovadores	Limitação de recursos financeiros ou falta de iniciativa para parcerias	Descontinuidade de projetos e perda de oportunidades de inovação	Buscar parcerias para investimentos públicos ou privados	8	5	40
			Adversidades no apoio institucional para novos projetos	Processos morosos e falta de visão estratégica ou de pessoal	Desmotivação dos servidores de perfil empreendedor e perda de inovação	Otimização dos processos e fluxos institucionais e criação de programas de incentivo	5	8	40
			Dificuldades em proteger a propriedade intelectual	Processos legais demorados e custosos	Perda de propriedade intelectual para concorrentes e incredibilidade	Melhoria e otimização no processo de registro de patentes	8	5	40
		Mobilidade acadêmica, internacionalização e estágios	Falta de suporte para mobilidade internacional	Falta de acordos internacionais e parcerias limitadas	Redução nas oportunidades de intercâmbio	Estabelecer mais parcerias e ampliar acordos de cooperação	5	5	25
			Dificuldades de integração, inclusive por diferenças culturais	Barreiras linguísticas e culturais	Dificuldade de adaptação para alunos e professores	Promover treinamentos culturais e linguísticos	2	5	10
			Problemas de documentação e visto	Processos burocráticos de imigração	Impedimento de mobilidade ou atrasos significativos	Assistência especializada na obtenção de vistos	2	5	10
		Projetos de extensão	Baixa participação da comunidade acadêmica	Falta de incentivos ou desconhecimento dos projetos	Impacto reduzido dos projetos na sociedade	Ampliar campanhas de conscientização e benefícios	5	5	25
			Escassez de recursos financeiros	Orçamento limitado para os projetos de extensão	Cancelamento ou adiamento dos projetos	Captar recursos via editais ou parcerias privadas	8	5	40
			Dificuldade na avaliação dos resultados dos projetos	Falta de métricas claras e de organização	Impossibilidade de medir o sucesso e impacto	Definir indicadores e metas detalhados	5	2	10
		Concessão de bolsas ou auxílios	Atraso na concessão de bolsas	Processos inficazes e falta de organização	Dificuldades financeiras de estudantes	Reorganizar processos e digitalizar a concessão	8	5	40
			Tendenciosidade nos critérios de concessão	Falta de transparência e de critérios objetivos	Insatisfação e desconfiança dos estudantes	Melhorar a comunicação, objetividade e a transparência do processo	5	5	25
			Redução de recursos para bolsas	Corte no orçamento institucional	Menor número de bolsas disponíveis e comprometimento de projetos	Diversificar as fontes de financiamento para bolsas	8	5	40
		Acompanhamento de egressos	Deficiência no monitoramento de ex-alunos	Ausência de processos claros de acompanhamento	Dificuldade em avaliar o impacto das formações na carreira dos egressos	Criar uma plataforma eficaz e realizar o acompanhamento periódico	5	2	10

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Causa	Consequência	Possíveis Medidas de Mitigação	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco
			Distanciamento de ex-alunos com a instituição	Falta de comunicação e eventos pós-formatura	Perda de engajamento dos ex-alunos com a instituição	Organizar eventos e criar redes de contatos para egressos	2	5	10
			Dificuldade em obter feedback dos ex-alunos	Baixa adesão às pesquisas de acompanhamento	Falta de informações para melhorar os currículos acadêmicos	Incentivar a participação por meio de benefícios ou facilidades	5	5	25

Informação: Ressalva-se que as percepções de níveis de ‘impacto’ e, sobretudo, de ‘probabilidade’ podem ser alteradas na ocasião da realização das avaliações de auditoria, em razão do monitoramento das recomendações pendentes ou de resultados gerados pela administração.

Fonte: AUDIN, 2024.

4.2 HISTÓRICO DAS AÇÕES DE AUDITORIA REALIZADAS

Apresenta-se a relação entre os processos – e respectivos riscos da presente metodologia – e as ações de auditoria realizadas. No entanto, tais ações não se esgotam aos documentos e links elencados, uma vez que a AUDIN realiza assessoramentos contínuos e por diversos meios, que, nem sempre, são materializados em forma de relatórios publicados.

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Ações de Auditoria
Desenvolvimento Institucional	Gestão Estratégica	Ambiental, Social e Governança (ASG)	Desalinhamento estratégico	2023 - Plano de Logística Sustentável (PLS) (RA 202302-02)
			Plano de Logística Sustentável inexistente ou insuficiente	2014 - Sustentabilidade (RA 09)
			Descontinuidade de governança	2014 - Gestão Resíduos (RA 05) 2012 - Gestão de resíduos (RA 092012)
		Atividades correacionais	Ineficiência na correção de irregularidades	2014 - Controles de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares (RA 07)
			Interferência externa nas atividades correacionais	2013 - Controles de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares (RA 06)
			Baixa adesão aos encaminhamentos correacionais	
		Comissão de Ética	Falta de procedimentos institucionalizados	
			Desigualdade de tratamento de casos éticos	
			Lentidão no processamento de casos	
		Ouvidoria	Subnotificação de denúncias	
			Inadequada proteção aos denunciantes	
			Inércia sobre reclamações, elogios ou denúncias	
		Conflito de interesses	Não declaração de conflitos	
			Falhas no gerenciamento de conflitos de interesse	

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Ações de Auditoria
Planejamento e Avaliação Institucional		Integridade e gestão de riscos	Quebra de integridade por servidores ou comunidade acadêmica	
			Corrupção interna	
			Inexistência ou identificação inadequada de riscos pela administração	
		Transparência e acesso à informação	Omissão de informações importantes	2020 - Transparência do portal institucional UTFPR (RA 202011-01)
			Inadequada divulgação de informações	2020 - Transparência do portal institucional UTFPR (RA 202011-01)
			Atrasos na publicação de documentos	2020 - Transparência do portal institucional UTFPR (RA 202011-01)
		Órgãos de controle interno e externo	Desagregação entre órgãos internos e externos	2024 - Relatório Semestral das Atividades da Auditoria Interna - 1º semestre (RA 202415)
			Autonomia falha dos órgãos de controle	2023 - Relatório Semestral das Atividades da Auditoria Interna - 1º semestre (RA 202319)
				2022 - Relatório Semestral das Atividades da Auditoria Interna - 1º semestre (RA 202202)
				2021 - Relatório Semestral das Atividades da Auditoria Interna - 1º semestre (RA 202103)
		Avaliação e documentos institucionais	Documentos desatualizados	2020 - Relatório Semestral das Atividades da Auditoria Interna - 1º semestre (RA 202003)
			Erros na documentação	*Relatórios Anuais de Atividades de Auditoria Interna (RAINT)
			Atraso na elaboração de documentos	2020 - Gestão documental (RA 202013)
		Políticas de Gestão	Gestão de Pessoas	2014 - Gestão Operacional da Proplad (RA 01)
				2023 - Dimensionamento de pessoal - áreas-meio (RA 202302-01)
				2020 - Diárias e passagens - SCDP (RA 202020)

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Ações de Auditoria
		<p>Folha de pagamento, direitos, vantagens e benefícios (inclusive aposentadoria, pensão e abono permanência)</p>	<p>Inconsistência na concessão de diárias e passagens e falta ou atraso de prestação de contas</p> <p>Erros no processamento da folha de pagamento ou sistema informatizado</p> <p>Atrasos no pagamento de parcelas devidas</p> <p>Não conformidade com a legislação e normas</p>	<p>2018 - Liberacão de chefias para pós-graduação (NA 201822-01)</p> <p>2014 - Diárias e Passagens (RA 10)</p> <p>2024 - Folha de pagamento, direitos, vantagens e benefícios (RA 202401-01)</p> <p>2024 - Acessos ao módulo de Gestão de Pessoas no SCI (RA 202401-02)</p> <p>2024 - Processos de Afastamento para Pós-Graduação (RA 202401-03)</p> <p>2023 - Adicional noturno docente (RA 202306-04 consultoria)</p> <p>2023 - Plataforma Web eSocial (RA 202306-01 consultoria)</p> <p>2022 - Auxílio-Transporte (RA202205-02 consultoria)</p> <p>2021 - Registro e pagamento de férias intempestivos (RA202120-01 consultoria)</p> <p>2021 - Processos de aposentadoria, pensão e abono de permanência (RA202120-02 consultoria)</p> <p>2020 - Recursos humanos (RA 202017)</p> <p>2019 - Recursos Humanos (RA201918) - alteração COUNI</p> <p>2018 - Liberacão de chefias para pós-graduação (NA 201822-01)</p> <p>2018 - Incentivo à Qualificação (NA 201821-01)</p> <p>2018 - Planos de Assistência Médica e Odontológico (RA201812-01)</p>

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Ações de Auditoria
				2017 - Folha de pagamento (RA 201708-01) 2015 - Auxílio Transporte (RA201500901) 2014 - Recursos Humanos (RA 02) 2013 - Recursos Humanos (RA 03) 2013 - Recursos Humanos (RA 09) 2013 - Recursos Humanos - Pós-Graduação (RA 07)
		Seleção, estágios e concursos públicos	Ineficiência na contratação de novos servidores docentes Ineficiência na contratação de novos servidores técnico-administrativos Ineficiência na contratação de novos professores substitutos Erros nos processos de concurso público Desistência de candidatos durante o estágio	2020 - Relatório final da comissão para a mitigação da endogenia em concursos públicos 2019 - Estágios (RA 201915)
		Movimentação de servidores e jornada de trabalho	Critérios ou controles inadequados nos processos de movimentação ou cumprimento de jornada ou metas Demora na autorização de transferências Transparéncia inadequada nas movimentações	2021 - Programa de Gestão à Luz da IN 65/2020 (RA202120-03 consultoria) 2018 - Liberação de chefias para pós-graduação (NA 201822-01)
		Saúde e segurança ocupacional	Acidentes de trabalho frequentes Doenças ocupacionais e desmotivação Desconhecimento sobre procedimentos de segurança	2025 - Saúde e segurança ocupacional (RA 202502-01)
	Gestão administrativa	Gestão de convênios e transferências	Perda ou atraso sobre prazos dos convênios Documentação incompleta	2025 - Gestão de convênios e transferências (RA 202503-01)

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Ações de Auditoria
			Uso inadequado dos recursos transferidos	
		Licitação e planejamento de contratações	Planejamento inadequado de contratações Fraudes em processos licitatórios	2022 - Governança em processos de pregão (RA202201-02) 2022 - Governança em processos de dispensas e inexigibilidades (RA202201-01)
			Atrasos em processos licitatórios	2020 - Impedimento de contratação de empresa (NA202001) 2018 - Inexigibilidade dispensa restituições e cartão corporativo (RA201807-01) 2014 - Licitações, Dispensas e Inexigibilidades (RA 06) 2013 - Licitações, Dispensas e Inexigibilidades (RA11) 2012 - Cotação eletrônica (RA 012012) 2012 - Licitações e Dispensa (RA 102012) 2012 - Preços praticados (RA132012)
		Gestão e fiscalização de contratos	Descumprimento de cláusulas contratuais e má prestação de serviços Problemas com aditivos contratuais Impropriedades no relacionamento com a fundação de apoio	2023 - Relacionamento UTFPR com FUNTEF-PR (RA202303) 2020 - Serviços terceirizados - serventes de limpeza (RA202021) 2019 - Frota de veículos Campus Curitiba (NA 201925) 2018 - Gestão e Fiscalização de contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (RA201804) 2018 - Gestão e Fiscalização de Contratos do RU (RA 2018011)

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Ações de Auditoria
				<p><u>2018 - Gestão de transportes, energia, água, telefonia e correios (RA 201805)</u></p> <p><u>2018 - Fundação de Apoio (RA 201814)</u></p> <p><u>2017 - Serviços Continuados - Planilhas de Custos e Formação de Preços (RA 201707-01)</u></p> <p><u>2016 - Serviços de Reprografia (RA201602-04)</u></p> <p><u>2016 - Fundação de Apoio (RA201604-01)</u></p> <p><u>2015 - Frota e Serviços de Reprografia Campus Cornélio Procópio (RA2015014-02)</u></p> <p><u>2015 - Condicionadores de Ar Campus Cornélio Procópio (RA2015014-01)</u></p> <p><u>2015 - Serviços Continuados Campus Dois Vizinhos (RA2015004-03)</u></p> <p><u>2015 - Serviços Continuados Campus Guarapuava (RA2015004-04)</u></p> <p><u>2015 - Serviços Continuados Campus Curitiba (RA2015004-01)</u></p> <p><u>2015 - Serviços Continuados Campus Campo Mourão (RA2015004-02)</u></p> <p><u>2013 - Serviços Continuados - Planilhas de Custos e Formação de Preços (RA 08)</u></p> <p><u>2013 - Controle de Energia Elétrica (RA 02)</u></p> <p><u>2013 - Fundação de Apoio (RA 05)</u></p> <p><u>2013 - Restaurante Universitário (RA 04)</u></p> <p><u>2012 - Desempenho frota (RA 022012)</u></p>

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Ações de Auditoria
				<u>2012 - Energia elétrica, água e telefonia (RA 052012)</u>
			Extravio de bens	<u>2021 - Auditoria Financeira Coordenada - IFE Paraná (Consolidado IFPR)</u>
			Desalinhamento na previsão de estoques	<u>2021 - Auditoria Financeira Coordenada - IFE Paraná (RA 202133)</u>
				<u>2020 - Serviços de Manutenção Bens Móveis e Imóveis (RA202022)</u>
				<u>2020 - Controle Patrimonial (RA 202023)</u>
				<u>2017 - Inventário de bens patrimoniais e de consumo (RA 201713-01)</u>
				<u>2016 - Manutenção de Equipamentos (RA201602-02)</u>
				<u>2016 - Materiais Permanentes e de Consumo (RA201611-01)</u>
				<u>2015 - Bens móveis (RA2015006-02)</u>
				<u>2015 - Gestão de Almoxarifado (RA2015005-01)</u>
				<u>2014 - Inventário e Tomada de Contas (RA 03)</u>
				<u>2013 - Controle de Bens Móveis e Imóveis (RA 01)</u>
				<u>2012 - Almoxarifado - controles SA45-12 (RA 152012)</u>
				<u>2012 - Bens Móveis (RA 122012)</u>
				<u>2012 - TC Almoxarifado e Patrimônio (RA 142012)</u>
		Gestão de informação e comunicação	Deficiência na comunicação interna	
			Vazamento de informações sensíveis	

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Ações de Auditoria
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Indicadores e gestão de processos institucionais		Obsolescência tecnológica na gestão e tramitação de informação	
		Indicadores e gestão de processos institucionais	Indicadores inadequados	
			Falha na atualização dos indicadores	
	Gestão orçamentária Gestão financeira Gestão contábil	Gestão orçamentária	Desalinhamento entre indicadores e metas institucionais	
			Subestimação de receitas	2021 - Receita própria (RA202115)
			Disposição inequânime do orçamento	2012 - Arrecadação própria (RA 032012)
			Superavaliação de despesas	
		Gestão financeira	Insuficiência ou inadequada execução de recursos financeiros	2023 - Reconhecimento de dívida Restaurante Universitário Câmpus-CT (202306-03 consultoria)
			Erros em processos de pagamentos	2022 - Governança em despesas realizadas por meio da modalidade NAO SE APLICA (RA 202201-03)
			Fraude financeira	2021 - Auditoria Financeira Coordenada - IFE Paraná (Consolidado IFPR) 2021 - Auditoria Financeira Coordenada - IFE Paraná (RA 202133) 2013 - Suprimento de Fundos (RA 10)
		Gestão contábil	Inconsistência contábil	2024 - Designações de conformistas contábil e de registro de gestão (RA 202404-01 consultoria) 2023 - Conformidade das demonstrações contábeis (NA 202306-02) 2019 - Conformidade dos Registros de Gestão, Conformidade Contábil e Registros Contábeis (RA201911)
			Desalinhamento estratégico institucional	

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Ações de Auditoria
	Gestão de Tecnologia da Informação	Gestão e governança em TI	Baixa adesão às políticas e governança de TI	2024 – Governança nas contratações de TI (RA 202402-02) 2024 – Instrumentos de governança de TI (RA 202402-01) 2024 - Acessos ao módulo de Gestão de Pessoas no SCI (RA 202401-02) 2019 - Controle de Acesso ao Sistema Acadêmico (RA 201909) 2018 - Tecnologia da Informação (RA201806-01) 2014 - Gestão de TI (RA 04)
		Desenvolvimento de soluções de TI	Deficiência no desenvolvimento de sistemas e soluções em TI Tecnologia desatualizada Problemas de qualidade ou funcionalidade do software	2018 - Tecnologia da Informação (RA201806-01) 2016 - Serviços de Informática Campus Cornélio Procópio (RA201602-01)
		Manutenção e suporte de soluções de TI	Deficiência na manutenção e funcionamento de equipamentos e infraestrutura Falta de recursos humanos especializados ou financeiros	2018 - Tecnologia da Informação (RA201806-01) 2012 - Equipamentos de informática (RA 082012)
Infraestrutura Física	Gestão da Infraestrutura	Projetos e obras de engenharia	Impropriedades ou atrasos nas obras Problemas estruturais Excesso de custo	2017 - Obras e Reformas Campus Toledo (RA201702-01) 2017 - Obras Campus Guarapuava (NA 201701) 2017 - Obras diversas (RA201702-02) 2014 - Obras e Serviços de Engenharia (RA 08)
		Manutenção predial	Falhas no sistema estrutural e documental Ausência de manutenção preventiva	2024 - Manutenção predial (RA 202403-02) 2020 - Serviços de Manutenção Bens Móveis e Imóveis (RA202022)

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Ações de Auditoria
				2016 - Manutenção de Imóveis (RA201602-03) 2015 - Manutenção Predial Campus Cornélio Procópio (RA2015014-03) 2012 - Serviços de manutenção (RA 042012)
		Gestão de espaços físicos e infraestrutura	Ineficiência no uso de espaços Problemas de acessibilidade	2024 - Gestão do espaço físico da UTFPR (RA 202403-01) 2021 - Cessão de espaço físico (RA202114) 2015 - Bens imóveis (RA2015006-01) 2013 - Controle de Bens Móveis e Imóveis (RA 01) 2012 - Cessão de espaço físico (RA 062012)
Políticas Acadêmicas	Ensino e Graduação	Seleção de candidatos e democratização do acesso	Ineficiência no processo de seleção Baixa acessibilidade ou divulgação ao sistema de inscrição Falta de diversidade nos candidatos aprovados	
		Certificação e diplomação	Atraso na emissão de diplomas Erro ou fraude na emissão de diplomas Falta de reconhecimento de diplomas em outros países	2019 - Emissão de Diplomas (RA 201908)
		Mobilidade acadêmica, internacionalização e estágios	Falta de parcerias internacionais Baixa participação dos alunos em programas de intercâmbio Dificuldade na validação de créditos obtidos no exterior	2018 - Processo seletivo de transferência e aproveitamento de cursos de graduação (RA 201801)
		Biblioteca e editoração	Acesso limitado a materiais atualizados Atraso na publicação de materiais acadêmicos Falta de acesso a bases de dados internacionais	

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Ações de Auditoria
Assistência Estudantil		Criação, extinção e suspensão de cursos	Decisões precipitadas na extinção, criação ou suspensão de cursos	
			Falta de atualização nos cursos existentes	
			Atraso ou ineficiência na aprovação de novos cursos	
		Gestão e avaliação de cursos	Descontinuidade na avaliação dos cursos	2018 - Registro das Atividades dos Docentes (RA201809) 2018 - UAB (RA 201815-01) 2012 - RAD (RA 112012)
			Desalinhamento entre conteúdo dos cursos e as demandas do mercado (inclusive EAD)	
			Baixa participação de alunos e docentes nas avaliações	
			Desigualdade na distribuição de aulas a docentes e descumprimento da LDB	
		Projetos pedagógicos	Projetos pedagógicos desatualizados	
			Falta de integração entre os conteúdos das disciplinas	
			Baixo engajamento dos alunos nos projetos pedagógicos	
		Concessão de bolsas ou auxílios	Falta de critérios claros para concessão	2022 - Governança em Bolsas de inclusão digital - Auditoria coordenada IFE Paraná (RA202202-02) 2022 - Governança em Bolsas (RA202202-01)
			Desvios de recursos	
			Demora na análise das solicitações	2019 - Programa Nacional de Assistência Estudantil (RA201919) 2019 - Programas de bolsas (RA201914) 2017 - Programa Nacional de Assistência Estudantil (RA 201706-01) 2016 - Programa Nacional de Assistência Estudantil (RA201601-03) 2016 - Programa Nacional de Assistência Estudantil (RA201601-02)

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Ações de Auditoria
				2016 - Programa Nacional de Assistência Estudantil (RA201601-01) 2015 - Programa Nacional de Assistência Estudantil (RA2015003-01) 2012 - Programa Assistência Estudantil (RA 072012)
		Ações afirmativas	Falta de diversidade nas ações afirmativas Falta de financiamento para as ações afirmativas Resistência cultural e institucional às ações	2017 - Política Afirmativa - Cotistas (RA 201711-01)
		Acessibilidade	Infraestrutura inadequada para pessoas com deficiência Falta de treinamento dos funcionários Baixa manutenção dos equipamentos adaptativos	
		Retenção, permanência, atratividade e combate à evasão de alunos	Desmotivação dos alunos levando à evasão Falta de acompanhamento contínuo dos alunos Desigualdade de acesso a recursos educativos Falta de políticas, programas ou ações institucionais para a atratividade de alunos	2019 - Evasão (RA 201912) - alteração COUNI
Pesquisa e Pós-Graduação		Concessão de bolsas ou auxílios	Atraso na liberação de recursos financeiros	2022 - Governança em Bolsas (RA202202-01)
			Ineficiência na distribuição das bolsas Cortes orçamentários	2023 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores (RA 202301-01)
		Gestão, criação, extinção e suspensão de cursos	Atraso na criação de novos cursos	
			Extinção de cursos por baixa procura	

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Ações de Auditoria
Extensão e Inovação		Mobilidade acadêmica, internacionalização e extensão	Falha na atualização curricular dos cursos	
			Escassez de parcerias internacionais	2024 – Processos de afastamento para pós-graduação (servidores) (RA 202401-03)
			Baixa adesão dos alunos à mobilidade internacional	
			Dificuldade de equivalência de créditos obtidos no exterior	
		Projetos de Pesquisa e pós-graduação	Insuficiência de financiamento para pesquisas	2022 - Acordo de Cooperação Técnica 21-CMS-004-00 (RA202205-01 consultoria)
			Baixa produtividade científica	
			Escassez de orientação qualificada	
		Seleção de candidatos e democratização do acesso	Inequidade nos processos seletivos	
			Atraso na divulgação dos resultados	
			Baixa procura por parte de candidatos qualificados	
		Acompanhamento e avaliação de projetos de pesquisa	Critérios ineficazes de avaliação	
			Atraso na avaliação de projetos	
			Falta de acompanhamento contínuo dos projetos	
		Empreendedorismo, inovação, propriedade intelectual	Escassez de financiamento para projetos inovadores	2024 - Prestação de contas referente ao Edital PEDTI n.º 08/2022-PROREC (II) (RA 202404-04 consultoria)
			Adversidades no apoio institucional para novos projetos	2024 - Prestação de contas referente ao Edital PEDTI n.º 08/2022-PROREC (I) (RA 202404-03 consultoria)
			Dificuldades em proteger a propriedade intelectual	2024 - Prestação de contas referente ao Edital PEDTI n.º 08/2022-PROREC (III) (RA 202404-02 consultoria)
				2021 - Propriedade intelectual (RA202113)

Dimensões PDI 2023-2027	Macroprocesso	Processo	Risco	Ações de Auditoria
				<u>2019 - Incubação de empresas e cooperação (RA201916)</u>
		Mobilidade acadêmica, internacionalização e estágios	Falta de suporte para mobilidade internacional Dificuldades de integração, inclusive por diferenças culturais Problemas de documentação e visto	<u>2019 - Estágios (RA 201915)</u>
		Projetos de extensão	Baixa participação da comunidade acadêmica Escassez de recursos financeiros Dificuldade na avaliação dos resultados dos projetos	<u>2019 - Gestão CAFIS CALEM (RA 201913) - alteração COUNI</u>
		Concessão de bolsas ou auxílios	Atraso na concessão de bolsas Tendenciosidade nos critérios de concessão Redução de recursos para bolsas	<u>2022 - Governança em Bolsas (RA202202-01)</u>
		Acompanhamento de egressos	Deficiência no monitoramento de ex-alunos Distanciamento de ex-alunos com a instituição Dificuldade em obter feedback dos ex-alunos	<u>2021 - Acompanhamento de egressos (RA 202116)</u>

Fonte: AUDIN, 2024.